

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº161/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº079/2023**  
**SISTEMA REGISTRO DE PREÇO-SRP**

**O MUNICÍPIO DE GRAVATÁ**, Estado de Pernambuco, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº736/2023, de 13/06/2023, do Prefeito do Município, no uso de suas atribuições legais, torna público que será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo "**MENOR PREÇO por ITEM**", objetivando o Registro Formal de Preços para eventual contratação do objeto constante no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (internet), através do Portal da Bolsa Nacional de Compras-BNC, pelo E-mail: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

O presente certame será regido pela Lei nº10.520/2002, pelas Leis Complementares nºs123/2006 e 147/2014; Decreto Federal nº10.024/2019, Decretos Municipais nº064/2017, 016/2018 e 046/2018 e subsidiariamente pela Lei Federal nº8.666/1993 e alterações, do tipo "**MENOR PREÇO por ITEM**", modo de disputa ABERTO, observada as datas e horários discriminados a seguir:

<b>INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:</b>	<b>DIA 29/09/2023 ÀS 08:30 HORAS</b>
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS:</b>	<b>DIA 11/10/2023 ÀS 08:30 HORAS</b>
<b>INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:</b>	<b>DIA 11/10/2023 ÀS 09:30 HORAS</b>
<b>REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:</b>	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
<b>SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:</b>	<b>Bolsa Nacional de Compras - BNC</b>
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO:</b>	<a href="http://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>

**OS ITENS 1, 4, 6, 8, 13, 16 e 19 SÃO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO, E OS DEMAIS ITENS, É DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S e EPP'S, CONFORME ART 48, INCISOS I e III DA LC nº123/06, CUJO RAMO DE ATIVIDADE SEJA COMPATÍVEL COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO.**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- Na hipótese de não haver expediente na data acima fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e hora, salvo disposição em contrário.
- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação-INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
- Para participar da licitação se faz necessário que a licitante esteja cadastrado junto à Bolsa Nacional de Compras-BNC.
- Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, credenciado na função de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BNC" constante na página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras - BNC ([www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)), coordenadora do sistema.
- Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelos telefones: WhatsApp 42 3026-4550, ou através da BNC - Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br)

**1. DO OBJETO**

**1.1. CONSTITUI OBJETO DESTA LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO DOS ESTABELECIMENTOS ASSISTÊNCIAS DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, DESTA EDITAL.**

**1.2. Os valores máximos para contratação são os constantes da tabela a seguir:**

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	AMPLA	EXCLUS. (ME/EPP)
1	<p><b>ARMÁRIO ALTO</b> - COM QUATRO PRATELEIRAS EM MDF, FORMANDO CINCO VÃOS COM ALTURAS IGUAIS, COM POSSIBILIDADE DE REGULAGEM DE ALTURA A CADA 32MM. DIMENSÕES APROXIMADAS: DE 1300 A 1800MM (ALTURA) X 450 A 500MM (PROFUNDIDADE) X 800MM (LARGURA). TAMPO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 22MM, REVESTIDOS COM BP, COR A SER DETERMINADA. BASE, LATERAIS E PORTAS EM MDP OU MDF DE 18MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. FUNDO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 10MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. PRATELEIRAS REGULÁVEIS EM MDP OU MDF DE 18MM, JUSTAPOSTAS ENTRE AS LATERAIS, O FUNDO E AS PORTAS DO ARMÁRIO, REVESTIDAS COM BP NA MESMA COR DO TAMPO, FORMANDO VÃOS DE ALTURAS IGUAIS. TODAS AS PRATELEIRAS DEVEM SER FIXADAS COM PINOS AUTOTRAVANTES EM ZAMAK. TODAS AS BORDAS DE TAMPOS, PORTAS, PRATELEIRAS E QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DO ARMÁRIO QUE SEJAM ACESSÍVEIS AO USUÁRIO DEVEM SER ARREDONDADAS E LIVRES DE REBARBAS, REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS DE NO MÍNIMO 2,0MM. AS LATERAIS, O TAMPO E A BASE INFERIOR DEVEM SER LIGADOS ENTRE SI PELO SISTEMA MINI-FIX COM BUCHAS METÁLICAS E CAVILHAS, POSSIBILITANDO MONTAR E DESMONTAR VÁRIAS VEZES, SEM PERDER A QUALIDADE. DOBRADIÇAS DE AÇO OU ZAMAK COM MECANISMO QUE PERMITE ABERTURA DE 270º E REGULAGENS HORIZONTAIS E VERTICAIS. MÍNIMO DE TRÊS POR PORTA PARA OS ARMÁRIOS ALTOS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO OU CREMONA, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DA CHAVE. CADA PORTA DEVE TER UM PUXADOR METÁLICO, DE LIGA NÃO-FERROSA, CROMADO OU NIQUELADO, OU EM POLÍMERO DE ALTO IMPACTO. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 240 HORAS. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS.</p>	UND	200	R\$ 668,05	R\$ 133.610,00	X	
2	<p><b>ARMÁRIO ALTO</b> - COM QUATRO PRATELEIRAS EM MDF, FORMANDO CINCO VÃOS COM ALTURAS IGUAIS, COM POSSIBILIDADE DE REGULAGEM DE ALTURA A CADA 32MM. DIMENSÕES APROXIMADAS: DE 1300 A 1800MM (ALTURA) X 450 A 500MM (PROFUNDIDADE) X 800MM (LARGURA). TAMPO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 22MM, REVESTIDOS COM BP, COR A SER DETERMINADA. BASE, LATERAIS E PORTAS EM MDP OU MDF DE 18MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. FUNDO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 10MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. PRATELEIRAS REGULÁVEIS EM MDP OU MDF DE 18MM, JUSTAPOSTAS ENTRE AS LATERAIS, O FUNDO E AS PORTAS DO ARMÁRIO, REVESTIDAS COM BP NA MESMA COR DO TAMPO, FORMANDO VÃOS DE ALTURAS IGUAIS. TODAS AS PRATELEIRAS DEVEM SER FIXADAS COM PINOS AUTOTRAVANTES EM ZAMAK. TODAS AS BORDAS DE TAMPOS, PORTAS, PRATELEIRAS E QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DO ARMÁRIO QUE SEJAM ACESSÍVEIS AO USUÁRIO DEVEM SER ARREDONDADAS E LIVRES DE REBARBAS, REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS DE NO MÍNIMO 2,0MM. AS LATERAIS, O TAMPO E A BASE INFERIOR DEVEM SER LIGADOS ENTRE SI PELO SISTEMA MINI-FIX COM BUCHAS METÁLICAS E CAVILHAS, POSSIBILITANDO MONTAR E DESMONTAR VÁRIAS VEZES, SEM PERDER A QUALIDADE. DOBRADIÇAS DE AÇO OU ZAMAK COM MECANISMO QUE PERMITE ABERTURA DE 270º E REGULAGENS HORIZONTAIS E VERTICAIS. MÍNIMO DE TRÊS POR PORTA PARA OS ARMÁRIOS ALTOS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO OU CREMONA, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DA CHAVE. CADA PORTA DEVE TER UM PUXADOR METÁLICO, DE LIGA NÃO-FERROSA, CROMADO OU NIQUELADO, OU EM POLÍMERO DE ALTO IMPACTO. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 240 HORAS. PINTURA</p>	UND	50	R\$ 668,05	R\$ 33.402,50		X

	ELETRÓSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS.						
<b>3</b>	<p><b>ARQUIVO FRONTAL DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS-</b> COM QUATRO GAVETAS MONTADAS SOBRE TRILHOS TELESCÓPICOS QUE PERMITAM ABERTURA TOTAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 1335MM (ALTURA) X 470MM (LARGURA) X 710MM (PROFUNDIDADE). CHAPA DE AÇO SAE: CORPO E ESTRUTURA INTERNA EM CHAPA 22 (0,75MM); GAVETAS EM CHAPA 24 (0,60MM); TRILHOS TELESCÓPICOS E GUIAS EM CHAPA 16 (1,5MM); HASTE DE TRAVAMENTO DE GAVETAS EM CHAPA 16 (1,5MM); FECHAMENTO INFERIOR (JUNTO AO PISO) EM CHAPA 24 (0,60MM). PUXADORES INTEIRAMENTE METÁLICOS, DE LIGA NÃO-FERROSA, CROMADOS OU NIQUELADOS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO (MÍNIMO 4 PINOS) COM SISTEMA DE TRAVAMENTO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS. CHAVES EM DUPLICATA. COMPRESSORES PARA PASTAS EM TODAS AS GAVETAS. PORTA-ETIQUETAS ESTAMPADO OU SOBREPOSTO, SENDO ESTE ÚLTIMO EXCLUSIVAMENTE DE LIGA METÁLICA NÃO FERROSA CROMADO OU NIQUELADO. GAVETAS DOTADAS DE CORREDIÇAS PROVIDAS DE ROLAMENTOS EM NÚMERO DE OITO POR GAVETA. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO, QUANDO NECESSÁRIO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 240 HORAS, EM UMA ATMOSFERA CONFORME ESPECIFICAÇÃO DA NBR 8094 E PINTURA ELETRÓSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS OU ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, POLIMERIZADA EM ESTUFA DE 120°C / 140°C, SUPERFÍCIES LISAS E UNIFORMES, NA COR A SER DETERMINADA. PORCA SOLDADA INTERNAMENTE À BASE PARA FIXAÇÃO DAS QUATRO SAPATAS NIVELADORAS. SOLDAS DEVEM POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS. ELIMINAR RESPINGOS E VOLUMES DE SOLDA, REBARBAS, ESMERILHAR JUNTAS E ARREDONDAR QUINAS AGUDAS. A ESTRUTURA INTERNA DEVE SER UNIDA AO CORPO DO ARQUIVO POR MEIO DE SOLDA A PONTO. OS PONTOS DEVEM TER ESPAÇAMENTO MÁXIMO DE 40 CM ENTRE SI. OS BATENTES HORIZONTAIS E VERTICAIS DEVEM SER UNIDOS POR MEIO DE SOLDA DE TAL FORMA QUE SE CONFIGURE UMA ÚNICA ESTRUTURA COM O DESAPARECIMENTO DAS EMENDAS. AS GAVETAS DEVEM SER DOTADAS DE CONTRA-CHAPA NA SUA PARTE FRONTAL AO LONGO DE TODA A EXTENSÃO DA PEÇA. OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DOS PUXADORES DEVEM ATRAVESSAR A CHAPA E A CONTRA-CHAPA DA PARTE FRONTAL DA GAVETA. PROFUNDIDADE MÍNIMA ÚTIL DA GAVETA = 620MM.</p>	UND	100	R\$ 769,60	R\$ 76.960,00		<b>X</b>
<b>4</b>	<p><b>ARMÁRIO BAIXO-</b> COM UMA PRATELEIRA EM MDF, FORMANDO DOIS VÃOS COM ALTURAS IGUAIS, COM POSSIBILIDADE DE REGULAGEM DE ALTURA A CADA 32MM. DIMENSÕES APROXIMADAS: DE 720 A 750MM (ALTURA) X 450 A 500MM (PROFUNDIDADE) X 800MM (LARGURA). TAMPO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 22MM, REVESTIDOS COM BP, COR A SER DETERMINADA. BASE, LATERAIS E PORTAS EM MDP OU MDF DE 18MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. FUNDO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 10MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. PRATELEIRAS REGULÁVEIS EM MDP OU MDF DE 18MM, JUSTAPOSTAS ENTRE AS LATERAIS, O FUNDO E AS PORTAS DO ARMÁRIO, REVESTIDAS COM BP NA MESMA COR DO TAMPO, FORMANDO VÃOS DE ALTURAS IGUAIS. TODAS AS PRATELEIRAS DEVEM SER FIXADAS COM PINOS AUTOTRAVANTES EM ZAMAK. TODAS AS BORDAS DE TAMPÓS, PORTAS, PRATELEIRAS E QUALQUER OUTROS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DO ARMÁRIO QUE SEJAM ACESSÍVEIS AO USUÁRIO DEVEM SER ARREDONDADAS E LIVRES DE REBARBAS, REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS DE NO MÍNIMO 2,0MM. AS LATERAIS, O TAMPO E A BASE INFERIOR DEVEM SER LIGADOS ENTRE SI PELO SISTEMA MINI-FIX COM BUCHAS METÁLICAS E CAVILHAS, POSSIBILITANDO MONTAR E DESMONTAR VÁRIAS VEZES, SEM PERDER A QUALIDADE. DOBRADIÇAS DE AÇO OU ZAMAK COM MECANISMO QUE PERMITE ABERTURA DE 270º E REGULAGENS HORIZONTAIS E VERTICAIS. MÍNIMO DE TRÊS POR PORTA PARA OS ARMÁRIOS ALTOS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO OU CREMONA, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DA CHAVE. CADA PORTA DEVE TER UM</p>	UND	100	R\$ 598,00	R\$ 71.760,00		<b>X</b>

	PUXADOR METÁLICO, DE LIGA NÃO-FERROSA, CROMADO OU NIQUELADO, OU EM POLÍMERO DE ALTO IMPACTO. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 240 HORAS. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS.					
5	<b>ARMÁRIO BAIXO</b> - COM UMA PRATELEIRA EM MDF, FORMANDO DOIS VÃOS COM ALTURAS IGUAIS, COM POSSIBILIDADE DE REGULAGEM DE ALTURA A CADA 32MM. DIMENSÕES APROXIMADAS: DE 720 A 750MM (ALTURA) X 450 A 500MM (PROFUNDIDADE) X 800MM (LARGURA). TAMPO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 22MM, REVESTIDOS COM BP, COR A SER DETERMINADA. BASE, LATERAIS E PORTAS EM MDP OU MDF DE 18MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. FUNDO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 10MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. PRATELEIRAS REGULÁVEIS EM MDP OU MDF DE 18MM, JUSTAPOSTAS ENTRE AS LATERAIS, O FUNDO E AS PORTAS DO ARMÁRIO, REVESTIDAS COM BP NA MESMA COR DO TAMPO, FORMANDO VÃOS DE ALTURAS IGUAIS. TODAS AS PRATELEIRAS DEVEM SER FIXADAS COM PINOS AUTOTRAVANTES EM ZAMAK. TODAS AS BORDAS DE TAMPOS, PORTAS, PRATELEIRAS E QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DO ARMÁRIO QUE SEJAM ACESSÍVEIS AO USUÁRIO DEVEM SER ARREDONDADAS E LIVRES DE REBARBAS, REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS DE NO MÍNIMO 2,0MM. AS LATERAIS, O TAMPO E A BASE INFERIOR DEVEM SER LIGADOS ENTRE SI PELO SISTEMA MINI-FIX COM BUCHAS METÁLICAS E CAVILHAS, POSSIBILITANDO MONTAR E DESMONTAR VÁRIAS VEZES, SEM PERDER A QUALIDADE. DOBRADIÇAS DE AÇO OU ZAMAK COM MECANISMO QUE PERMITE ABERTURA DE 270º E REGULAGENS HORIZONTAIS E VERTICAIS. MÍNIMO DE TRÊS POR PORTA PARA OS ARMÁRIOS ALTOS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO OU CREMONA, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DA CHAVE. CADA PORTA DEVE TER UM PUXADOR METÁLICO, DE LIGA NÃO-FERROSA, CROMADO OU NIQUELADO, OU EM POLÍMERO DE ALTO IMPACTO. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 240 HORAS. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS.	UND	50	R\$ 598,00	R\$ 17.940,00	X
6	<b>ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS E CHAVE</b> - ESTRUTURA EM AÇO , CANTONEIRA DE 1 POL. DE ESPESSURA, TETO, FUNDO E LATERAIS DE AÇO Nº20, PORTA E TRÊS PRATELEIRAS DE VIDRO, 4MM DE ESPESSURA APROXIMADAMENTE, PRATELEIRAS REGULÁVEIS, PORTA COM FECHADURA TIPO YALE, PÉS COM PONTEIRA DE BORRACHA, PINTURA ELETROSTÁTICA CINZA APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADO EM ESTUFA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 0,47 X 0,37 X 1,40 M. DE ALTURA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	160	R\$ 853,91	R\$ 136.625,60	X
7	<b>ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS E CHAVE</b> - ESTRUTURA EM AÇO , CANTONEIRA DE 1 POL. DE ESPESSURA, TETO, FUNDO E LATERAIS DE AÇO Nº20, PORTA E TRÊS PRATELEIRAS DE VIDRO, 4MM DE ESPESSURA APROXIMADAMENTE, PRATELEIRAS REGULÁVEIS, PORTA COM FECHADURA TIPO YALE, PÉS COM PONTEIRA DE BORRACHA, PINTURA	UND	40	R\$ 853,91	R\$ 34.156,40	X

	ELESTROSTATICA CINZA APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADO EM ESTUFA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 0,47 X 0,37 X 1,40 M. DE ALTURA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.						
<b>8</b>	<b>CADEIRA COM RODÍZIOS E BRAÇOS</b> - ASSENTO E ENCOSTO COM COMPENSADO MOLDADO ANATOMICAMENTE; ESPUMA INJETADA DE DUPLA DENSIDADE; BASE GIRATÓRIA COM RODÍZIOS 5 PATAS, COM REGULAGEM DE ALTURA EM 05 POSIÇÕES - MECÂNICA; ENCOSTO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE. COR PRETA. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	UND	240	R\$ 450,17	R\$ 108.040,80	<b>X</b>	
<b>9</b>	<b>CADEIRA COM RODÍZIOS E BRAÇOS</b> - ASSENTO E ENCOSTO COM COMPENSADO MOLDADO ANATOMICAMENTE; ESPUMA INJETADA DE DUPLA DENSIDADE; BASE GIRATÓRIA COM RODÍZIOS 5 PATAS, COM REGULAGEM DE ALTURA EM 05 POSIÇÕES - MECÂNICA; ENCOSTO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE. COR PRETA. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	UND	60	R\$ 450,17	R\$ 27.010,20		<b>X</b>
<b>10</b>	<b>CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA, ESPALDAR MÉDIO</b> - SEM BRAÇOS COM RODÍZIOS, DOTADA DE MECANISMO AMORTECEDOR E REGULADOR DO ASSENTO E DO ENCOSTO. ASSENTO E ENCOSTO DIMENSÕES MÍNIMAS: ASSENTO: 460MM (LARGURA MÍNIMA) X 460MM (PROFUNDIDADE MÍNIMA); ENCOSTO: 400MM (LARGURA MÍNIMA) X 350MM (EXTENSÃO VERTICAL MÍNIMA); FABRICADOS EM COMPENSADO ANATÔMICO MOLDADO A QUENTE, ORIUNDO DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO OU DE PROCEDÊNCIA LEGAL, ISENTOS DE RACHADURAS, E DETERIORAÇÃO POR FUNGOS OU INSETOS. ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDO, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM, COLADA À MADEIRA E REVESTIDA COM CORINO. FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE PORCAS COM GARRAS E PARAFUSOS. CAPA DE PROTEÇÃO E ACABAMENTO INJETADA EM POLIPROPILENO TEXTURIZADO E BORDAS ARREDONDADAS QUE DISPENSAM O USO DO PERFIL DE PVC. DE FÁCIL LIMPEZA, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA CONTRA IMPACTOS E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS. COR A SER DETERMINADA. ESTRUTURA MECANISMO DE REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO COM BLOQUEIO EM QUALQUER POSIÇÃO ATRAVÉS DE SISTEMA “FREIO FRICÇÃO” E COMANDO POR ALAVANCA. SUPORTE DO ENCOSTO REGULÁVEL COM CURSO VERTICAL DE 70MM, COM CANECA ARTICULADA E SISTEMA DE AMORTECEDOR FLEXÍVEL. COLUNA DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO POR ACIONAMENTO HIDRÁULICO A GÁS COM CURSO DE 100MM. BASE EM FORMATO DE ESTRELA COM 5 PONTAS. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO, APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA A CORROSÃO E PINTURA ELESTROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS, NA COR PRETA. RODÍZIOS DUPLO, COM RODAS DE 50MM (MÍNIMO). RODAS PARA PISOS FRIOS REVESTIDAS DE MATERIAL RESILIENTE (TIPO W), QUE APRESENTEM BANDA DE RODAGEM MACIA. MANÍPULOS DE REGULAGENS E ALAVANCAS COM MANOPLAS EM MATERIAL POLIMÉRICO INJETADO. TODOS OS ELEMENTOS ACESSÍVEIS AO USUÁRIO QUANDO EM POSIÇÃO SENTADA DEVEM SER ARREDONDADOS, COM RAIOS DE CURVATURA MAIOR QUE 2MM, E POSSUIR DESENHO ERGONÔMICO PERMITINDO ADEQUADA EMPUNHADURA E FÁCIL ACIONAMENTO. OS DISPOSITIVOS DE REGULAGEM DEVEM SER PROJETADOS DE MODO A EVITAR MOVIMENTOS INVOLUNTÁRIOS, BEM COMO TRAVAMENTOS OU AFROUXAMENTOS INDESEJADOS DAS PARTES ESTRUTURAIS DA CADEIRA. EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS, DEVERÁ HAVER SOLDA EM TODO O PERÍMETRO. SOLDAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS. AS PARTES LUBRIFICADAS DA CADEIRA DEVEM SER PROTEGIDAS, DE MODO A EVITAR O CONTATO COM O CORPO E COM AS ROUPAS DO USUÁRIO EM POSIÇÃO SENTADA. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM	UND	150	R\$ 408,44	R\$ 61.266,00		<b>X</b>

	APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. PARA FABRICAÇÃO É INDISPENSÁVEL SEGUIR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL.						
<b>11</b>	<b>CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRAÇOS</b> - MONTADA SOBRE ARMAÇÃO TUBULAR DE AÇO, COM ALTURA DO ASSENTO DE 450MM. ASSENTO E ENCOSTO DIMENSÕES MÍNIMAS: ASSENTO: 460MM (LARGURA MÍNIMA) X 460MM (PROFUNDIDADE MÍNIMA); ENCOSTO: 400MM (LARGURA MÍNIMA) X 350MM (EXTENSÃO VERTICAL MÍNIMA); FABRICADOS EM COMPENSADO ANATÔMICO MOLDADO A QUENTE, ORIUNDO DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO OU DE PROCEDÊNCIA LEGAL, ISENTO DE RACHADURAS, E DETERIORAÇÃO POR FUNGOS OU INSETOS. ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDO, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM, COLADA À MADEIRA E REVESTIDA COM TECIDO. FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE PORCAS COM GARRAS E PARAFUSOS. CAPA DE PROTEÇÃO E ACABAMENTO INJETADA EM POLIPROPILENO TEXTURIZADO E BORDAS ARREDONDADAS QUE DISPENSAM O USO DO PERFIL DE PVC. DE FÁCIL LIMPEZA, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA CONTRA IMPACTOS E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS. TECIDO DE COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, COR A SER DEFINIDA. ESTRUTURA: ESTRUTURA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020, ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA DE 1,9MM, COM QUATRO APOIOS NO PISO. PONTEIRAS DE FECHAMENTO DE TOPOS E SAPATAS EM POLIPROPILENO OU NYLON INJETADAS, NA COR E TONALIDADE DA TINTA DA ESTRUTURA METÁLICA, FIXADAS ATRAVÉS DE ENCAIXE. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. NAS PARTES METÁLICAS DEVE SER APLICADO TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS, NA COR PRETA. PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS, DEVERÁ HAVER SOLDA EM OT DO O PERÍMETRO. SOLDAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS.	UND	300	R\$ 119,46	R\$ 35.838,00		<b>X</b>
<b>12</b>	<b>CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA ESPALDAR ALTO COM BRAÇOS</b> - DIMENSÕES MÍNIMAS: ENCOSTO: ALTURA 920 MM; LARGURA: 500 MM ASSENTO: PROFUNDIDADE: 460 MM; LARGURA: 490 MM ALTURA DO ASSENTO EM RELAÇÃO AO PISO: 440 MM MÍNIMO E 540 MM MÁXIMO FABRICADOS EM COMPENSADO ANATÔMICO MOLDADO A QUENTE, ORIUNDO DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO OU DE PROCEDÊNCIA LEGAL, ISENTO DE RACHADURAS, E DETERIORAÇÃO POR FUNGOS OU INSETOS. ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDO, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM, COLADA À MADEIRA E REVESTIDA COM CORINO. FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE PORCAS COM GARRAS E PARAFUSOS. CAPA DE PROTEÇÃO E ACABAMENTO INJETADA EM POLIPROPILENO TEXTURIZADO E BORDAS ARREDONDADAS QUE DISPENSAM O USO DO PERFIL DE PVC. DE FÁCIL LIMPEZA, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA CONTRA IMPACTOS E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS. COR A SER DETERMINADA.	UND	80	R\$ 647,01	R\$ 51.760,80		<b>X</b>
<b>13</b>	<b>LONGARINA 4 LUGARES</b> - PLASTICA ISO ASSENTO/ENCOSTO DEVERÁ SER EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA EM FERRO 30X50 , TER BRAÇOS FIXO COM APOIO EM PP, NA COR VERDE COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE : 200 CM X 50 CM X 78 CM.	UND	200	R\$ 550,20	R\$ 110.040,00		<b>X</b>

<b>14</b>	<b>LONGARINA 4 LUGARES</b> - PLASTICA ISO ASSENTO/ENCOSTO DEVERÁ SER EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA EM FERRO 30X50 , TER BRAÇOS FIXO COM APOIO EM PP, NA COR VERDE COM DIMENSÕES MINIMAS DE : 200 CM X 50 CM X 78 CM.	UND	50	R\$ 550,20	R\$ 27.510,00		<b>X</b>
<b>15</b>	<b>LONGARINA 3 LUGARES</b> - PLASTICA ISO ASSENTO/ENCOSTO DEVERÁ SER EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA EM FERRO 30X50 , TER BRAÇOS FIXO COM APOIO EM PP, NA COR VERDE COM DIMENSÕES MINIMAS DE : 200 CM X 50 CM X 78 CM.	UND	150	R\$ 447,09	R\$ 67.063,50		<b>X</b>
<b>16</b>	<b>ESTANTE DESMONTÁVEL EM AÇO (DIVERSAS CORES)</b> - 06 PRATILEIRAS DIMENSÕES APROXIMADAS - 1,98 X 0,93 X 0,27 COLUNAS EM AÇO SAE 1010/1020, PERFIL "L", COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,9MM.PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E AJUSTÁVEIS, COM ESPESSURA DE 0,90MM, COM DOBRAS TRIPLAS EM TODO O PERÍMETRO, FIXADAS COM PARAFUSOS E PORCAS. (OPCIONAL: PLACA DE OSB DE 20MM DE ESPESSURA SOBRE A PRATELEIRA).A QUANTIDADE DE PRATELEIRAS PODE VARIAR EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE E DIMENSÃO DOS OBJETOS A SEREM ARMAZENADOS.APPLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS OU ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA DE 120°C / 140°C, SUPERFÍCIES LISAS E UNIFORMES, NA COR A SER DETERMINADA.SOLDAS DEVEM POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS. ELIMINAR RESPINGOS E VOLUMES DE SOLDA, REBARBAS, ESMERILHAR JUNTAS ARREDONDAR QUINAS AGUDAS.	UND	240	R\$ 515,20	R\$ 123,648,00	<b>X</b>	
<b>17</b>	<b>ESTANTE DESMONTÁVEL EM AÇO (DIVERSAS CORES)</b> - 06 PRATILEIRAS DIMENSÕES APROXIMADAS - 1,98 X 0,93 X 0,27 COLUNAS EM AÇO SAE 1010/1020, PERFIL "L", COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,9MM.PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E AJUSTÁVEIS, COM ESPESSURA DE 0,90MM, COM DOBRAS TRIPLAS EM TODO O PERÍMETRO, FIXADAS COM PARAFUSOS E PORCAS. (OPCIONAL: PLACA DE OSB DE 20MM DE ESPESSURA SOBRE A PRATELEIRA).A QUANTIDADE DE PRATELEIRAS PODE VARIAR EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE E DIMENSÃO DOS OBJETOS A SEREM ARMAZENADOS.APPLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS OU ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA DE 120°C / 140°C, SUPERFÍCIES LISAS E UNIFORMES, NA COR A SER DETERMINADA.SOLDAS DEVEM POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS. ELIMINAR RESPINGOS E VOLUMES DE SOLDA, REBARBAS, ESMERILHAR JUNTAS ARREDONDAR QUINAS AGUDAS.	UND	60	R\$ 515,20	R\$ 30.912,00		<b>X</b>
<b>18</b>	<b>GAVETEIRO VOLANTE</b> - VIR COM 4 GAVETAS CONFECCIONADO EM MDF 15 MM, MEDIDAS: LXPXA 45 X 45 X 65 CM, COR: PODENDO SER NAS CORES BRANCO, VERDE OU CINZA, FICANDO A CARGO DO MUNICÍPIO ESPECIFICAR NO ATO DA SOLICITAÇÃO DE COMPRA DO PRODUTO.04 RODINHAS CHAVE FECHA AS 4 GAVETAS.	UND	150	R\$ 464,01	R\$ 69.601,50		<b>X</b>
<b>19</b>	<b>MESA BIRÔ DE MADEIRA</b> - COM 02 GAVETAS EM MADEIRA MDF EM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,20 X 0,68 X 0,75M, (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA), ESTRUTURA EM PERFIS DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO PELO SISTEMA DE FOSFATIZAÇÃO E ANTICORROSIVO, PINTURA A BASE DE RESINA EPÓXI PELO SISTEMA ELETROSTÁTICO NA COR PRETA, COM PASSAGEM PARA	UND	320	R\$ 432,00	R\$ 138.240,00	<b>X</b>	

	<p>FIAÇÃO ELÉTRICA E TELEFÔNICA ATRAVÉS DO TAMPO POR GUIAS DE CABO INJETADAS EM POLIPROPILENO, SAPATAS REGULADORAS DE NÍVEL; SUPERFÍCIES DE MADEIRA DO TIPO TERMOESTABILIZADO, COM ESPESURA MÍNIMA DE 25 MM, COM REVESTIMENTO NA FACE SUPERIOR DE LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO, (COR A DEFINIR, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CARTELA DE CORES) E BORDAS ARREDONDADAS , EM 180°, NO MESMO ACABAMENTO NA FACE INFERIOR COM VERNIZ A BASE POLIESTE; PAINEL FRONTAL LONGITUDINAL RECUADO APROXIMADAMENTE 18 CM PARA O INTERLOCUTOR, COM EXPESURA MÍNIMA DE 15MM, GAVETEIRO COM O MESMO REVESTIMENTO DA MESA COM 02 GAVETAS EQUIPADAS COM: CORREDIÇAS DE AÇO COM ROLETES DE NYLON OU CORREDIÇAS TELESCÓPICAS METÁLICAS, FECHADURA DE CILINDRO EM METAL, COM TRATAMENTO SIMULTÂNEO, NÃO SERÃO ADMITIDAS BARRAS DE REFORÇO ESTRUTURAL QUE IMPEÇAM A LIVRE MOVIMENTAÇÃO DAS PERNAS.</p>					
<b>20</b>	<p><b>MESA BIRÔ DE MADEIRA</b> - COM 02 GAVETAS EM MADEIRA MDF EM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,20 X 0,68 X 0,75M, (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA), ESTRUTUA EM PERFIS DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO PELO SISTEMA DE FOSFATIZAÇÃO E ANTICORROSIVO, PINTURA A BASE DE RESINA EPÓXI PELO SISTEMA ELETROSTÁTICO NA COR PRETA, COM PASSAGEM PARA FIAÇÃO ELÉTRICA E TELEFÔNICA ATRAVÉS DO TAMPO POR GUIAS DE CABO INJETADAS EM POLIPROPILENO, SAPATAS REGULADORAS DE NÍVEL; SUPERFÍCIES DE MADEIRA DO TIPO TERMOESTABILIZADO, COM ESPESURA MÍNIMA DE 25 MM, COM REVESTIMENTO NA FACE SUPERIOR DE LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO, (COR A DEFINIR, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CARTELA DE CORES) E BORDAS ARREDONDADAS , EM 180°, NO MESMO ACABAMENTO NA FACE INFERIOR COM VERNIZ A BASE POLIESTE; PAINEL FRONTAL LONGITUDINAL RECUADO APROXIMADAMENTE 18 CM PARA O INTERLOCUTOR, COM EXPESURA MÍNIMA DE 15MM, GAVETEIRO COM O MESMO REVESTIMENTO DA MESA COM 02 GAVETAS EQUIPADAS COM: CORREDIÇAS DE AÇO COM ROLETES DE NYLON OU CORREDIÇAS TELESCÓPICAS METÁLICAS, FECHADURA DE CILINDRO EM METAL, COM TRATAMENTO SIMULTÂNEO, NÃO SERÃO ADMITIDAS BARRAS DE REFORÇO ESTRUTURAL QUE IMPEÇAM A LIVRE MOVIMENTAÇÃO DAS PERNAS.</p>	UND	80	R\$ 432,00	R\$ 34.560,00	<b>X</b>
<b>21</b>	<p><b>MESA DE REUNIÃO PARA OITO PESSOAS</b> - COM ALTURA ENTRE 720MM E 750MM. TAMPO EM MDF DE 25MM, COM 1200MM (LARGURA) X 2400MM (COMPRIMENTO) (MEDIDA VARIÁVEL EM FUNÇÃO DA QUANTIDADE DE PESSOAS E NECESSIDADE), REVESTIDO COM BP NAS DUAS FACES, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, COR A SER DEFINIDA. BORDAS REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS COM RAIO MÍNIMO DE 2,5MM. ESTRUTURA ESTRUTURA EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020, COM QUATRO APOIOS REGULÁVEIS NO PISO, EM POLIPROPILENO OU NYLON INJETADO. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUIOS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS, NA COR PRETA. FIXAÇÃO DO TAMPO E PAINÉIS COM BUCHAS METÁLICAS E PARAFUSOS. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS, DEVERÁ HAVER SOLDA EM TODO O PERÍMETRO. SOLDAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS. PAINEL CENTRAL OPCIONAL EM MDF OU MDP 18MM, REVESTIDO BP, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NA MESMA COR DO TAMPO. BORDAS ENCABEÇADAS COM FITA DE BORDO EM PVC OU ABS, NA MESMA COR DO REVESTIMENTODO BP.</p>	UND	20	R\$ 1.300,72	R\$ 26.014,40	<b>X</b>

22	<p><b>CADEIRA DE RODAS DE BANHO</b>-CADEIRA DE RODAS MANUAL PARA BANHO COM ESTRUTURA METÁLICA RÍGIDA (NÃO DOBRA) EM AÇO CARBONO COM PINTURA EPÓXI OU ELETROSTÁTICA, APOIO DE BRAÇOS E DE PÉS ESCAMOTEÁVEL, FREIOS BILATERAIS, RODAS TRASEIRAS E DIANTEIRAS DE ARO 06" GIRATÓRIAS COM PNEUS MACIÇOS. ABERTURA TRASEIRA PARA ENCAIXAR EM VASO SANITÁRIO. ENCOSTO EM NYLON E ASSENTO REMOVÍVEL EM MATERIAL PLÁSTICO. TAMANHO/CAPACIDADE: LARGURA DO ASSENTO COM 40CM, PROFUNDIDADE DE 40CM, ALTURA DO ENCOSTO DE 38CM, ALTURA DO APOIO DE BRAÇO DE 14CM, ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO DE 46CM, COMPRIMENTO TOTAL DE CADEIRA DE NO MÍNIMO 54CM, LARGURA TOTAL QUANDO ABERTA DE NO MÍNIMO 55CM, NÃO FECHA, PESO DA CADEIRA ATÉ 15KG. RESISTENTE ATÉ 200KG. COM REGISTRO NA ANVISA.</p>	UND	20	R\$ 616,45	R\$ 12.329,00		X
23	<p><b>CADEIRA DE RODAS OBESO</b>- CADEIRA DE RODAS OBESO ATÉ 200KG MANUAL PARA LOCOMOÇÃO COM ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, DOBRÁVEL EM X. RODAS TRASEIRAS RAIADAS DE 24", EM ALUMÍNIO COM PNEUS ANTIFURO, RODAS DIANTEIRAS DE 8" MACIÇAS, FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS, REBATÍVEIS, REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS EM ALTURA A APOIOS DE BRAÇO ESCAMOTEÁVEIS. ESTOFAMENTO EM NYLON ACOLCHOADO E ALMOFADA, ASSENTO REFORÇADO COM TIRAS TENSORAS ESPECIAIS. TAMANHO/CAPACIDADE: PESO DA CADEIRA ATÉ 27 KG. LARGURA DO ASSENTO DE 60 CM E LARGURA TOTAL DA CADEIRA DE 80 CM. NA COR PRETA. RESISTENTE ATÉ 200KG. COM REGISTRO NA ANVISA.</p>	UND	30	R\$ 1.208,58	R\$ 36.257,40		X
24	<p><b>CADEIRA DE RODAS PADRÃO</b>- CADEIRA DE RODAS OBESO ATÉ 200KG MANUAL PARA LOCOMOÇÃO COM ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, DOBRÁVEL EM X. RODAS TRASEIRAS RAIADAS DE 24", EM ALUMÍNIO COM PNEUS ANTIFURO, RODAS DIANTEIRAS DE 8" MACIÇAS, FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS, REBATÍVEIS, REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS EM ALTURA A APOIOS DE BRAÇO ESCAMOTEÁVEIS. ESTOFAMENTO EM NYLON ACOLCHOADO E ALMOFADA, ASSENTO REFORÇADO COM TIRAS TENSORAS ESPECIAIS. TAMANHO/CAPACIDADE: PESO DA CADEIRA ATÉ 15 KG. LARGURA DO ASSENTO DE 47 CM E LARGURA TOTAL DA CADEIRA DE 62 CM. NA COR PRETA. RESISTENTE ATÉ 100KG. COM REGISTRO NA ANVISA.</p>	UND	50	R\$ 810,67	R\$ 40.533,50		X
25	<p><b>MESA DE TRABALHO EM "L"</b> - TAMPO EM MDP OU MDF DE 25MM, COM MEDIDAS MÍNIMAS DO LADO A COM 1400MM, LADO B COM 1400MM E LADO C DE 700 A 750MM. REVESTIDO COM BP TEXTURIZADO NAS DUAS FACES, COR A SER DEFINIDA. PASSA-FIOS EM POLIPROPILENO INJETADO. BORDAS REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS, NA MESMA COR DO REVESTIMENTO MELAMÍNICO, COM SEÇÃO SEMI-CÍRCULO (ÂNGULO DE 180º) COM ENCAIXE EM "T" NO LADO DE CONTATO COM USUÁRIO. NOS DEMAIS LADOS, FITA DE PVC OU ABS COM RAIOS MÍNIMOS DE 2,5MM ESTRUTURA E ESTRUTURA SOB O TAMPO CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 COM APOIOS REGULÁVEIS NO PISO, INJETADOS EM NYLON OU POLIPROPILENO. NAS PARTES METÁLICAS PREVER Furos INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS, NA COR PRETA. FIXAÇÃO DO TAMPO E PAINEL COM PARAFUSOS E BUCHAS METÁLICAS. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS, DEVERÁ HAVER SOLDA EM TODO PERÍMETRO. SOLDAS E PARTES METÁLICAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS.</p>	UND	50	R\$ 894,55	R\$ 44.727,50		X

<b>26</b>	<b>MESA PARA REUNIÃO REDONDA</b> - VIR COM TAMPO EM MDF 18MM, PÉS EM BASE SE AÇO REPUXADA, COM REFORÇO EM METALON 20X20 COM SAPATAS NIVELADORAS TUBO CENTRAL REDONDO 3", MEDIDAS: 1200MM DE DIÂMETRO X 750MM ALTURA. NA COR CINZA.	UND	50	R\$ 556,00	R\$ 27.800,00		<b>X</b>
<b>27</b>	<b>MESA PLÁSTICA QUADRADA DE POLIPROPILENO EMPILHÁVEL</b> -COM PROTEÇÃO ANTI-UV (ULTRA VIOLETA) QUE GARANTE UMA MAIOR DURABILIDADE. CERTIFICADA PELO INMETRO NA CLASSE BY PARA USO IRRESTRITO, OU SEJA, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. MEDINDO 0,70 X 0,70 APROXIMADAMENTE. COR BRANCA.	UND	200	R\$ 82,63	R\$ 16.526,00		<b>X</b>
<b>28</b>	<b>CADEIRA EM POLIPROPILENO, SEM BRAÇO, EMPILHAVEL</b> - COM PÉS ANTIDERRAPANTE. NA COR BRANCA. CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 120KG. MEDIDAS APROXIMADAS: (AXLXP) 86 X 40 X 40 CM. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UND	400	R\$ 44,72	R\$ 17.888,00		<b>X</b>
<b>29</b>	<b>ARMÁRIO DE COZINHA</b> - 05 PORTAS, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS: TAMANHO MONTADO - PROFUNDIDADE: 355, LARGURA: 910, ALTURA: 170, PESO TOTAL DOS DOIS VOLUMES: 31,50;	UND	60	R\$ 1.263,33	R\$ 75.799,80		<b>X</b>

**1.3. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**  
**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE;**  
**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;**  
**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP;**  
**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**  
**ANEXO VI - TABELA DE ALÍQUOTAS INCIDENTES SOBRE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS EM GERAL;**  
**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE PESSOA ELENCADAS NO ART. 5º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº049/2023;**  
**ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**  
**ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO.**

**1. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e DO VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento do Poder Executivo Municipal de Gravata/PE, para exercício de 2023, nas classificações abaixo:

3	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ
02	PODER EXECUTIVO
02 18	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
021800 – Unidade Gestora	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Função	Saúde
10 302 - Subfunção	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
10 302 1011- Programa	Programa Compromisso Assistencial de Saúde da População
10 302 1011 2454 0000 - Ação	Manutenção das Ações de Saúde relacionadas à Atenção Especializada em Saúde
<b>844</b> 4.4.90.52.00 Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500.003 Recursos Próprios – Saúde
<b>845</b> 4.4.90.52.00 - Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 601.000 Bloco estruturação – SUS
10 301 - Subfunção	ATENÇÃO BÁSICA
10 301 1010 - Programa	Programa de Atenção Primária fortalecida e comprometida com a Saúde das pessoas
10 301 1010 2452 0000 - Ação	Manutenção das Ações de Atenção Primária à Saúde
<b>809</b> 4.4.90.52.00 Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500.003 Recursos Próprios – Saúde
<b>810</b> 4.4.90.52.00 - Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 601.000 Bloco estruturação – SUS

**2.2.** No (s) exercício (s) seguinte (s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato;

**2.3.** Por se tratar de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e nota de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório;

**2.4.** Em conformidade com o artigo 3º, inc. I, alínea “i”, da Resolução T.C. nº03/2016 do Tribunal de Contas de Pernambuco, o valor total estimado para licitação e utilizado como parâmetro é de **R\$1.687.820,90 (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte reais e noventa centavos);**

**2.5.** Nas propostas de preços deverá constar declaração de que no (s) preço (s) praticado(s) estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado até a entrega definitiva;

**2.6.** A contratação do objeto da presente licitação será prestada diretamente pela empresa vencedora, vedada a cessão, a transferência ou a subcontratação, total ou parcial.

### **3.0. DA PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Para o acesso ao sistema eletrônico, **Bolsa Nacional de Compras-BNC, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)** as licitantes e seus representantes credenciados deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal, intransferível, obtidas junto à **Bolsa Nacional de Compras - BNC;**

**3.1.1.** As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações junto à Bolsa Nacional de Compras-BNC, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br);

**3.1.2.** No caso de sócio, proprietário, ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do Ato Constitutivo ou Contrato Social, com poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa;

**3.1.3.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº123/2006 e alterada nº147/2014, devem efetuar o credenciamento com as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", "ME" ou "EPP", junto à sua firma ou denominação, conforme o caso, para que possam fazer jus aos benefícios previstos no capítulo V, da referida Lei;

**3.1.4.** Quaisquer dúvidas sobre o credenciamento devem ser esclarecidas junto a Bolsa Nacional de Compras-BNC, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**3.2.** A chave de identificação e a senha terão prazo de validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema, com a devida justificativa;

**3.3.** O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.4.** O uso da senha é de exclusiva responsabilidade da licitante, inclusive nas transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à entidade promotora da licitação qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**3.5.** A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.6.** Quaisquer dúvidas sobre o sistema eletrônico do [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) em ser dirimidas junto ao suporte deste sistema.

**3.6.1.** Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e, ainda, estiverem devidamente cadastradas junto à **Bolsa Nacional de Compras-BNC, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)**.

#### **3.7. Não será admitida a participação de licitantes que:**

- a)** Estejam constituídos sob a forma de consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;
- b)** Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Autoridade Competente da Administração Pública Municipal de Gravatá; ou ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, motivada pelas hipóteses previstas no art. 7º, da Lei nº10.520/02 e no art. 88, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores;
- c)** Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- d)** Tenham objeto social incompatível com o objeto licitado;
- e)** Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- f)** Empresas cujos diretores, sócios, responsáveis ou empregados, haja algum dirigente ou servidor da Prefeitura Municipal de Gravatá;
- g)** Duas ou mais empresas com participação societária entre si;
- h)** Empresa que não estiver atuando no ramo do objeto licitado;
- i)** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

**3.7.1.** A fim de verificar se existe restrição da licitante ao direito de participar em licitação ou celebrar contratos com a Administração Pública, será efetuada a Consulta Pública, sem prejuízo de verificação

dessa restrição por outros meios, ao CNICIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ–Conselho Nacional de Justiça – [www.cnj.jus.br/](http://www.cnj.jus.br/), em “SISTEMAS”, no item “Consultas Públicas - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa”, acessar “Consultar Requerido/Condenação,” seleciona esfera “TODOS(AS)”.

### **3.8. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DO CONSÓRCIO**

**3.8.1.** Não será admitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, em qualquer que seja sua forma de constituição;

**3.8.2.** No que se refere à vedação de consórcio, cabe mencionar que se trata de faculdade da Administração conforme art. 33, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações, uma vez que o objeto em si é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento. Tal vedação só se tornaria restritiva, se o objeto trouxesse situações factuais, econômicas, de mercado, etc, o que não é o caso do objeto deste processo;

**3.8.3.** A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, pois o objeto do presente procedimento licitatório consiste na contratação de bem comum, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade. Além disso, existe grande quantidade de empresas nacionais do ramo que conseguem realizar a entrega do objeto do presente procedimento licitatório sem a necessidade de formar consórcio, conforme ratificado pela análise de mercado conferidas para elaboração do mapa de cotações;

**3.8.4.** Ressaltamos ainda que, não há complexidade na aquisição que torne restrito o universo de possíveis licitantes, também não há qualificação técnica que justifique a união de várias empresas para o cumprimento das exigências, restando claro que tal medida não representaria ampliação da competitividade que é um dos objetivos primordiais do regime legal das licitações públicas.

### **4.0. DA PROPOSTA**

**4.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, cada licitante credenciado deverá enviar, exclusivamente por meio eletrônico, através do portal da Bolsa Nacional de Compras-BNC, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), sua proposta e respectivo(s) anexo(s), sem qualquer identificação da licitante, devendo obedecer aos seguintes requisitos:

**a)** Conter preço global por item, expressos em moeda nacional, em algarismo e por extenso, respeitando as unidades e quantidades do Termo de Referência;

**a.1)** Os preços unitários dos produtos deverão ser apresentados na proposta comercial a ser enviada no anexo disponível no portal da **Bolsa Nacional de Compras–BNC, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)**, ou no campo “informações adicionais”, em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, após a vírgula (R\$0,00), sem inclusão de encargos financeiros ou previsão inflacionária.

**b) A MARCA, sob pena de desclassificação da proposta.**

**b.1)** As licitantes que não enviarem proposta em anexo no portal da **Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)**; devem preencher no campo “informações adicionais” as informações exigidas na proposta, bem como as especificações técnicas sucintas do objeto ofertado.

**b.2) A proposta comercial e seus anexos, neste momento, não deverão conter dados que identifiquem a Licitante, sob pena de desclassificação;**

**b.3)** A licitante deve declarar na proposta de preços se é microempresa ou empresa de pequeno porte, sob pena de não fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº23/2006, alterada pela Lei nº147/2014.

**c)** Apresentar preços correntes e de mercado, sem quaisquer acréscimos, em virtude de expectativa inflacionária ou custo financeiro. Nos preços ofertados devem estar inclusas todas as despesas incidentes ao objeto licitado, tais como tributos, seguros, fretes e outros. Tais custos serão considerados como incluídos nos preços, independentemente de declaração da licitante.

**4.2.** Para cada parcela de entrega, os preços cotados deverão ser à vista (fixos e irrevogáveis) e expressos em moeda nacional, incluídos todos os encargos e despesas.

**4.3.** Ocorrendo divergência entre o **preço informado no sistema da Bolsa Nacional de Compras-BNC** e o indicado no documento anexo, **prevalecerá o primeiro.**

- 4.4.** Não serão aceitos preços unitários acima daqueles estimados pela Administração Municipal, conforme preço de referência no processo.
- 4.5.** A proposta não pode apresentar valor inferior a um centavo de Real, conforme a Lei nº9.069 de 29 de junho de 1995.
- 4.6.** Na proposta a licitante não poderá indicar mais de um preço para o mesmo item, sob pena de desclassificação do item cotado.
- 4.7.** As licitantes deverão apresentar proposta para fornecimento da quantidade total estimada para o item.
- 4.8.** A licitante poderá apresentar proposta para um ou mais itens licitados, os quais serão julgados de acordo com o constante neste Edital.
- 4.9.** O prazo de validade da proposta é de no mínimo, 60 (sessenta) dias a partir da data marcada para a sua apresentação, independentemente de declaração da licitante;
- 4.10.** Antes de vencido o prazo de validade da proposta referido no subitem anterior, a Administração ou o Pregoeiro poderá solicitar que a licitante o prorogue, mediante declaração expressa.
- 4.11.** Na proposta a ser cadastrada no sistema: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), o valor total do ITEM a ser disputado deverá considerar a quantidade multiplicada pelo preço unitário, devendo ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, após a vírgula (R\$0,00);
- 4.12.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.13.** A Proposta Comercial a ser fornecida, deverá necessariamente atender aos seguintes requisitos:
- a)** Ser datilografada ou impressa através de editoração eletrônica de texto em papel timbrado, escrita em português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo razão social, CNPJ, telefone, fax, e-mail (se houver) e endereço da licitante;
  - b)** Conter declaração de que o preço apresentado compreende todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes, embalagens e seguros (quando pertinente);
  - c)** Estar datada e assinada, bem como rubricada nas demais folhas, pelo representante legal da empresa;
  - d)** Conter as especificações claras e detalhadas do objeto licitado (conforme disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital), não sendo aceitas opções para o objeto desta licitação;
  - e)** Conter prazo de validade da proposta, que será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data marcada para a sua apresentação, independentemente de declaração da licitante;
  - f)** Conter, discriminados na moeda nacional vigente em algarismos com no máximo duas casas decimais (Ex.: R\$5,33) e por extenso, o preço total da proposta, devendo prevalecer, no caso de dissenso, o por extenso sobre o numérico; o qual deverá estar em conformidade com os praticados no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro, bem como compreendendo todas as despesas incidentes sobre os produtos arrematados, tais impostos, taxas, etc., e deduzidos os descontos eventualmente concedidos;
  - g)** Conter a vigência do contrato, que será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo;
  - h)** Conter declaração de que iniciará o fornecimento dos produtos desta licitação, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, no prazo e condições previstas no Item 5, e respectivos subitens do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital, a contar do recebimento da ordem de fornecimento;
  - i)** Apresentar na proposta comercial, descrição detalhada do item ofertado, constando a "marca e fabricante", de maneira a demonstrar o completo atendimento às características constantes neste instrumento convocatório;
  - j)** A apresentação da Proposta implicará plena aceitação por parte da licitante, das condições

estabelecidas neste Edital;

**k)** Declaração prevista no **ANEXO II**, deste Edital, no que concerne a inexistência de fato superveniente;

**l)** Declaração prevista no **ANEXO III**, deste Edital, no que concerne ao cumprimento das condições de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

**l.1)** A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

**l.1.1)** Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

**l.1.2)** Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br / Pessoa Jurídica / simples/ simples.htm>;

**l.1.3)** Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no §4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº123/06;

**l.1.4)** Os documentos relacionados para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº103, publicado no D.O do dia 22/05/2007;

**m)** Declaração prevista no **ANEXO V**, deste Edital, no que concerne ao cumprimento do Disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da CF/88;

**n)** Não serão admitidas nem aceitas, ofertas dos produtos objeto do processo licitatório com especificações divergentes do solicitado neste Edital e anexos.

**4.14. Havendo divergência entre o valor constante do lance final e o constante da proposta, caberá ao Pregoeiro decidir aceitar o menor valor como contra proposta;**

**4.15.** A quantidade de serviço relacionado na proposta serve apenas como orientação para composição de preços não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade do produto, o preço permanecerá inalterado.

**4.16.** A licitante

**4.17.** será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome, no sistema eletrônico, reconhecendo como verdadeiras e firmes suas propostas e respectivos lances.

**4.18.** Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desua desconexão.

**4.18.** A licitante com filiais ou empresas que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, só poderá apresentar uma única proposta individual. Entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas (com mais de 5% de participação) ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem.

**4.19.** Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

## **5. DA HABILITAÇÃO**

**5.1.** Para fins de habilitação neste processo, a(s) licitante(s) que tiver(em) sua proposta classificada em primeiro lugar (melhor preço final), deverão encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio, caso seja necessário a complementação da documentação, o Pregoeiro solicitará para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas as licitantes incluam no sistema:

### **5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**5.2.1.** Tratando-se de sociedade comercial, **ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor com todas as suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado. No caso de sociedades por ações, tais documentos deverão ser acompanhados da Ata de Eleição de seus

Administradores;

**5.2.2.** Tratando-se de sociedades civis, **ato constitutivo** com todas as suas alterações e sua inscrição, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**5.2.3.** Tratando-se de empresa ou sociedade estrangeiras **decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente**, quando a atividade assim o exigir;

**5.2.4.** Tratando-se de empresa individual, o **registro comercial**;

**5.2.5.** Cópia de documento com foto do(s) proprietário(s) / sócio(s) da empresa, caso não haja representante/procurador;

**5.2.6.** No caso do credenciamento de representante, deverá ser apresentada procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo os devidos poderes para representação, juntamente com documento com foto do procurador;

### **5.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;**

**5.3.2. Certificado atualizado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;**

**5.3.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal-CRF emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante;

**5.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**5.3.5. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452/43;

**5.3.6. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União– CND RFB/PGFN/INSS.** *A empresa que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN).*

### **5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**5.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública de processamento, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento, referente aos processos físicos;

**5.4.1.1.** Esta certidão só será exigida para os estados que possuem processos físicos, os estados que já utilizam os processos digitais devem apresentar apenas a certidão conforme item 5.4.2.

**5.4.2. Certidão negativa para fins de licitação expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da sede da licitante**, referente aos processos judiciais eletrônicos. Para licitantes sediadas no Estado de Pernambuco, deverá apresentar certidões 1º e 2º grau, expedidas através do site [www.tjpe.jus.br/certidão](http://www.tjpe.jus.br/certidão). Empresas sediadas em outros estados que não possuam processos eletrônicos deverão apresentar justificativa;

**5.4.2.1.** Caberá a licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da licitante ou de seu domicílio.

**5.4.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, conforme determinado pelo respectivo Conselho Regional e no termo da Resolução nº1.402/2012, do Conselho Federal de Contabilidade, devidamente registrado no Órgão competente, comprovando a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. O balanço deverá ser registrado na entidade competente e também assinado pelo Administrador da Empresa e pelo Contador. O Balanço

Patrimonial deverá ser acompanhado de **cópia do termo de abertura e de encerramento**, extraídos do livro Diário, devidamente registrado no órgão competente, nas condições de apresentação do balanço patrimonial.

**5.4.3.1.** A Licitante que apresentar resultado inferior a 1,0 (um), em qualquer dos índices referidos, deverá comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por meio de índices oficiais;

**5.4.3.2.** A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, acompanhados das respectivas memórias de cálculo:

**Deve haver a comprovação dos seguintes índices:**

Liquidez Geral =  $AC + ARLP > = 1,0$   
PC + ELP

Liquidez Corrente =  $AC > 1,0$

PC

AC = Ativo Circulante

ARLP = ativo Realizável em Longo Prazo;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível em Longo Prazo

**5.4.5.** Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e/ou dos índices contábeis, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento).

**5.4.5.1.** Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade–CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

**5.4.5.2.** É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

**5.4.5.3.** Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura desta Concorrência, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**5.4.5.4.** As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o referido balanço, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

**5.4.5.5.** Para as empresas abrangidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis devem ser apresentados nos termos da legislação correspondente.

## **5.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**5.5.1. A Licitante obrigatoriamente deverá comprovar a Qualificação Técnica exigida no item 7, e respectivos subitens, constante do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital;**

**5.5.1.1.** Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital;

**5.5.2.** O Pregoeiro poderá promover diligência destinada à comprovação dos atestados fornecidos, solicitando apresentação de notas fiscais, contratos ou outros documentos que julgar necessário.

**5.5.3.** Declaração da licitante afirmando o cumprimento do disposto no inc. XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 1988, assinada por representante legal da empresa, conforme modelo anexo a este Edital.

## **5.6. OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO**

**5.6.1.** Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para sessão de abertura da licitação, ressalvado o disposto deste Edital.

**5.6.2. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (am) incluir no sistema as proposta e a documentação de habilitação para cada item do qual participará.** Será inabilitada a licitante a que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com as

exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº123/2006 e alterada pela de nº 147/2014.

**5.6.3.** É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução deste processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**5.6.3.1.** No uso da prerrogativa conferida pelo §3º, do artigo 43 da Lei Federal nº8.666/93 e alterações, o Pregoeiro poderá solicitar, a qualquer tempo, os originais de procurações, documentos de habilitação, documentos que integrem as propostas das licitantes e quaisquer outros, cujas cópias sejam apresentadas durante o processo licitatório.

**5.6.4.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito da regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

**5.6.5.** Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa e empresa de pequeno porte, serão assegurados o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar a irregularidade, mediante pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

**5.6.6.** Os documentos necessários à habilitação da licitante deverão ser apresentados:

- a) Em uma única via, em original; ou
- b) Por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou por membro da Comissão ou equipe de apoio; ou
- c) Publicação em órgão da imprensa oficial.

**5.6.7.** Fica vedada sua apresentação através de cópia produzida via e-mail ou que se encontre ilegível, no todo ou em parte.

## **6.0. DA IMPUGNAÇÃO**

**6.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, **até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública**, conforme estabelece o art. 17, do Decreto Municipal nº046/201.

**6.1.1.** A impugnação do Edital deve ser enviada ao Pregoeiro, no prazo do subitem 6.1, para o seguinte endereço: Rua Izaltino Poggi, nº265, 1º andar, sala 105, Bairro:Prado, CEP:55.642-160, Gravatá-PE, no horário das 08:00 às 13:00 horas, em dias úteis.

**6.1.2.** Não serão admitidas impugnações enviadas fora do prazo e horário previstos no subitem anterior.

## **7.0. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO**

**7.1.** A licitação será processada e julgada de acordo com as disposições da Lei Ordinária nº10.520/2002, da Lei Complementar nº123/2006, alterada pela nº147/2014, dos Decretos Municipais nº064/2017, 016/2018 e 046/2018 e demais normas aplicáveis à espécie, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº8.666/93, devendo ser observado os seguintes procedimentos: Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, assim como a documentação de habilitação, e se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e documentação de habilitação;

**7.2.** Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e documentações anteriormente apresentada;

**7.3.** A partir do horário previsto no Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha;

**7.4.** As licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha;

**7.5.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;

**7.5.1.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.5.2.** As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

**7.5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e licitantes.

**7.5.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

**7.5.5.** Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**7.5.6.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.5.7.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.5.7.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o disponibilizado no sistema.

**7.5.8.** Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa "aberto", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.5.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**7.5.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.5.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.5.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**7.5.15.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

**7.5.16.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**7.5.17.** Na hipótese de não ocorrer oferta de lances, será feita a verificação de conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para o fornecimento dos produtos.

**7.5.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances.

**7.5.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.5.20.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do Edital.

**7.5.21.** Havendo a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte com restrição na regularidade fiscal, serão observadas as disposições do art. 43, da Lei Complementar nº123/2006,

alterada pela Lei Complementar nº147/2014, assegurado o prazo para fins de regularização da documentação, nos termos do §1º, do referido artigo;

**7.5.22.** Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**7.5.23.** Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

**7.5.24.** Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada **em até 30 (trinta) minutos**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de (03) três dias, para apresentar as razões de recurso**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**7.5.24.1.** Encerrada a etapa de lances, as licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor e se está aberta a opção para interposição de recurso;

**7.5.24.2.** A partir da liberação do sistema, as licitantes terão o **prazo de 30 (trinta) minutos** para manifestar intenção de recorrer, motivadamente, em campo próprio do sistema, considerando-se esse prazo como a forma imediata mencionada;

**7.5.24.3.** A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora;

**7.5.25.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

**7.5.26.** Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, e será descredenciado no Registro Cadastral do Poder Executivo de Gravata/PE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, no contrato e das demais cominações legais a licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa.

**7.5.27.** O critério de julgamento será o de "**MENOR PREÇO POR ITEM**" ofertado, admitindo-se como critérios de aceitabilidade preços compatíveis com os de mercado.

**7.5.28.** Na desclassificação de propostas, observar-se-á o que determina os arts. 43 a 48 da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

#### **7.6. Serão desclassificadas as Propostas que:**

- a) apresentarem cotação para objeto diverso do indicado nesta Licitação;
- b) ofertarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, ou inexequíveis, na forma da legislação vigente;
- c) não atenderem às exigências deste Edital.
- d) não atenderem às exigências do subitem 3.1.

#### **8.0. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**8.1.** A Autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, efetuará a homologação do processo, conforme inc. VI, do artigo 43, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações e, no caso de interposição de recurso administrativo, fará a adjudicação do objeto ao vencedor, após a decisão do recurso.

**82.** Não havendo interposição de recurso, a adjudicação do objeto será efetuada pelo Pregoeiro, observando o disposto neste Edital.

## **9.0. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** Após a homologação e adjudicação pela autoridade competente, os preços serão registrados na Ata de Registro de Preços cuja minuta constitui o **Anexo IX**, deste Edital.

**9.1.1.** O presente Edital e a proposta apresentada pela adjudicatária integrarão a Ata de Registro de Preços.

**9.1.2.** O Registro de Preços observará, entre outras, as seguintes condições:

**I** - será incluído, na respectiva ata da licitação, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame;

**II** - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Gravata/PE e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

**III** - a ordem de classificação das licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**Parágrafo 1º.** O registro a que se refere o inciso I, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos subitens 9.6 e 9.6.1;

**Parágrafo 2º.** Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

**I**- os preços e quantitativos da licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

**II**- os preços e quantitativos das licitantes que tiverem aceitado cotar seus produtos em valor igual ao da licitante mais bem classificado.

**9.2.** A Administração Pública convocará a licitante vencedora para, no prazo de 02 (dois) dias, indicar os dados (nacionalidade, estado civil, profissão, identidade, CPF e endereço) do(s) representante(s) legal(is) da empresa que assinar(ão) a Ata de Registro de Preços, dentre aqueles constantes do estatuto/contrato social, ou do procurador, que deverá apresentar instrumento de mandato específico para tal finalidade, preferencialmente com firma reconhecida em cartório.

**9.3.** Convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, conforme artigos 62 e 64 da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

**9.3.1.** Os fornecedores classificados, observado o disposto no subitem 9.2., serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

**9.3.2.** É facultado à administração, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

**9.4.** A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco-AMUPE e no Diário Oficial da União-DOU.

**9.4.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º, do art. 65, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

**9.5.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada na hipótese da ocorrência de uma ou mais das situações previstas no art. 21, do Dec. Municipal nº016/2018, quando o registro do fornecedor:

**I** - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;

**II** - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**IV** - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações, ou no art. 7º, da Lei nº10.520/2002.

**Parágrafo único.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla

defesa.

**9.5.1.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I** – por razão de interesse público;
- II** - a pedido do fornecedor.

**9.6.** Conforme o artigo 14 do Dec. Municipal nº016/2018, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

**9.6.1.** A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

**9.7.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**9.8.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição do Contratante poderá ser revisada, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**9.9.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados pelo Governo Federal, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, desde que devidamente comprovados através de cálculos e a documentação pertinente.

**9.10.** Ficará a cargo da Autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde o gerenciamento da Ata de Registro de Preços a ser firmada, sendo o mesmo, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** A contratação com a(s) Empresa(s) Fornecedor(as) registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 15, do Dec. Municipal nº016/2018 e art. 62, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações;

**10.2.** Homologado o resultado desta Licitação, a Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, poderá convocar imediatamente a(s) empresa(s) vencedora(s) para a assinatura do Termo Contratual, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação, sob pena de decair odireito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

**10.2.1.** O prazo para a assinatura do Termo Contratual poderá ser prorrogado uma vez, desde que requerido por escrito, no transcurso do lapso temporal de que trata o subitem anterior, e em face de justificativa aceita pela Administração.

**10.3.** A recusa injustificada da(s) empresa(s) em assinar o Instrumento Contratual dentro do prazo estabelecido no Instrumento Editalício, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a(s) às penalidades legalmente estabelecidas.

**10.4.** Na hipótese do item anterior, a Autoridade Competente da Administração Pública Municipal de Gravata/PE, poderá convocar as licitantes remanescentes observados a ordem de classificação, para assinatura do contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**10.5.** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

## **11.0. DO ÓRGÃO GERENCIADOR/PREVISÃO POR NÃO PARTICIPANTES**

**11.1.** Em consonância com o que prevê o Decreto Federal nº9.488/2018, será permitida a utilização da ata de Registro de Preços a ser celebrada em decorrência do presente Edital, desde que, não exceda ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Gravata/PE, independentemente do número de órgãos participantes e não participantes que aderirem,

mediante as condições abaixo transcritas:

**I** - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

**II** - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar a Autoridade Competente da Administração Pública Municipal de Gravatá/PE., para manifestação de anuência quanto à adesão;

**III** - Caberá a(s) Empresa(s) fornecedor(as) beneficiária(s) da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Município de de Gravatá/PE;

**IV** - As contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (**cinquenta por cento**) dos quantitativos dos itens deste instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Município de Gravatá/PE.;

**V** - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (Órgão Gerenciador da Ata);

## **12.0. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA e RECEBIMENTO**

**12.1.** Os produtos desta licitação deverão ser entregues, nos prazos e condições previstas no Itens 4 e 5, e respectivos subitens, constantes do Termo de Referência, Anexo I, do Edital;

**12.2.** A entrega dos produtos deverá ser efetuada conforme especificado na Ordem de Fornecimento, mediante recibo de entrega, de acordo com as quantidades solicitadas pela Secretaria Demandante do Município, livre de quaisquer outros encargos ou custos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas ou embalagens, presentes às Notas Fiscais correspondentes. **O local de entrega poderá sofrer alterações, ficando desde já determinado que o novo local esteja circunscrito no Município de Gravatá/PE.;**

**12.3.** A Licitante está sujeita à fiscalização do(s) produto(s) no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, através do seu responsável, o direito de não receber o(s) produto(s), caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de não atender as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital;

**12.4.** O transporte e a descarga dos produtos no local designado correrão por conta exclusiva da Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente;

**12.5.** Em caso de devolução do(s) produtos, por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à Contratada;

**12.6.** Fica reservado a Autoridade competente da Secretaria Demandante, em qualquer fase do certame, o direito a realizar testes que comprovem a qualidade do(s) produto(s) ofertado. Para tanto, os produtos será submetido a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes as licitantes de que os produtos considerado insatisfatório, em qualquer das análises, será automaticamente recusado, devendo ser, imediatamente substituído. Se algum produto apresentar irregularidade, a Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para a verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os produtos se identifica ou não com aquele exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, nesse caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada.

**12.7.1.** A Autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade do(s) produto(s) fornecido diferente daquelas especificadas por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, cujas características contrariem as definidas no Termo de Referência, produtos estes alterados e/ou adulterados.

**12.8.** A Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, reserva-se no direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as

especificações constantes no Termo de Referência.

### **13 DA GARANTIA e DAS AMOSTRAS TIPO CATÁLOGO DO OBJETO LICITADO**

**13.1.** A Garantia dos objetos licitados, bem como, as amostras dos mesmos, devem atender obrigatoriamente o que estão previstos no Itens 6 e 8, e respectivos subitens, constante no Termo de Referência, Anexo I, do Edital;

### **14. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE-IRRF**

**14.1.** O Prazo e as condições de Pagamento do objeto licitado, estão definidos no Item 11, e respectivos subitens, constante do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital, além das previstas abaixo;

**14.2.** O pagamento só será efetuado na forma prevista neste documento, se a licitante vencedora comprovar regularidade fiscal e previdenciária;

**14.3.** O pagamento será efetuado através de ordem bancária a favor da instituição bancária indicada pela **CONTRATADA**;

**14.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelo **ÓRGÃO** entre a data referida no item 14.1 e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:  $I = (TX/100)$   $I = (6/100)$   $I = 0,0001644$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**14.5.** A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura específica para a ocorrência;

**14.6.** Será realizada a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte- IRRF, nos termos da Instrução Normativa RFB nº1.234/12, da Receita Federal do Brasil e suas posteriores alterações, conforme percentagem constante da Tabela do Anexo VI, deste Edital, do Decreto Municipal nº049/2023, de 07 de agosto de 2023, e na referida IN RFB nº1.234/12, editada nos termos do art. 64, da Lei Federal nº9.430/96, aplicados por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade nos termos do referido Decreto;

**14.7.** As hipóteses de retenção do Imposto de Renda na Fonte e dedução na base de cálculos, deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como, as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFG nº1.234/12;

**14.8.** As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes das prestações de serviços/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do Inciso I, do art. 158, da Constituição Federal de 1988.

### **15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**15.1.** Dos atos da Administração decorrentes desta licitação poderão ser interpostos recursos administrativos, com base no que determina a Lei nº10.520/2002, o Decreto Municipal nº046/2018, aplicando-se, supletivamente, o art. 109, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações;

**15.2.** Declarada vencedora, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, **em até 30 (trinta) minutos**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias, para apresentar as razões de recurso**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

**15.3.** As razões dos recursos serão dirigidas a Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, desde que a licitante tenha manifestado motivadamente a intenção de recorrer, conforme procedimento descrito neste Edital, e deverão ser entregues diretamente ao

Pregoeiro, na Comissão Permanente de Licitação/CPL da Prefeitura de Gravatá, situada na **Rua Izaltino Poggi, nº265, 1º andar, sala 105, Bairro:Prado, Gravatá/PE, CEP:55.642-160, no horário de 08:00 às 13:00 horas** ou através do e-mails: [cpl@gravata.pe.gov.br](mailto:cpl@gravata.pe.gov.br) recomenda-se a confirmação do recebimento via telefone (81)3299-1899 -RAMAL:1020;

**15.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **16. DAS SANÇÕES**

**16.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e alterações e da Lei nº10.520/2002, a CONTRATADA que:

- a)** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b)** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c)** Fraudar na execução do contrato;
- d)** Comportar-se de modo inidôneo;
- e)** Cometer fraude fiscal;
- f)** Não mantiver a proposta.

**16.2.** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**16.2.1.** Advertências por faltas leves, assim entendidas, aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

**16.2.2.** Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

**16.2.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sob o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**16.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional a obrigação inadimplida;

**16.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa, pela qual a Administração Pública opera ou atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**16.2.7.** Impedimento de licitar e contratar com o município como consequente descredenciamento no Registro Cadastral no prazo de até 05 (cinco) anos;

**16.2.8.** Declaração Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE, pelos prejuízos causados;

**16.2.9.** Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, III e IV, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações, a CONTRATADA que:

- a)** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal, no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c)** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

**16.2.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº8.666/93 e alterações, e subsidiariamente a Lei nº9.784/99;

**16.2.11.** A autoridade competente na aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE A SEREM ADOTADOS E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**17.1.** Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;

**17.2.** Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual **CONTRATANTE**;

**17.3.** A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

**17.4.** O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o IGP-M.

**17.5.** A inexecução total ou parcial caracterizada pelo atraso na execução do objeto licitado, poderá ser considerada como recusa e ensejar a rescisão contratual;

**17.6.** Aplicam-se, no que couber, ao presente contrato, as disposições dos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

**18.1.** São obrigações da CONTRATADA as previstas no Item 9, e respectivos subitens, constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo I, deste Edital, além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

**18.2.** São obrigações do CONTRATANTE as previstas no Item 10, e respectivos subitens, constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo I, deste instrumento, além das obrigações previstas na Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações;

## **19. RECEBIMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**19.1.** A fiscalização e a Gestão do cumprimento do contrato estão previstos no item 14 e respetivos subitens, constante do Termo de Referência, Anexo I, do Edital da Licitação, além das descritas a seguir;

**19.2.** Além de atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa, que ocorrerá após a constatação do regular fornecimento/execução, são também atribuições do Fiscal do Contrato;

**19.2.1.** Controlar os prazos, bem como o cumprimento das demais cláusulas previstas no Contrato, buscando garantir a fiel execução contratual, inclusive quanto à substituição de material;

**19.2.2.** Examinar o material fornecido ou preços e materiais substituídos ou aplicados na execução do contrato, a fim de constatar sua procedência e qualidade;

**19.2.3.** Assegurar a regularidade e constância do fluxo de informações existentes entre o Município de Gravata e a empresa, assim como entre os diversos órgãos da Administração envolvidos direta ou indiretamente com o objeto contratual;

**19.2.4.** Registrar as reclamações, impugnações e outras informações relevantes que, eventualmente, venham a ocorrer durante a execução do Contrato, mantendo para esse fim o controle através de um "Livro de Ocorrência" ou outro que o substitua;

**19.2.5.** Informar toda e qualquer irregularidade relativa à execução Contratual ao Gestor do Contrato, bem como, as matérias que ultrapassem a sua competência;

**19.2.6.** Atestar as faturas correspondentes, após análise dos valores e itens fornecidos, no prazo previsto no Contrato, para efeito de pagamento;

**19.2.7.** Caso os valores constantes nas planilhas e notas fiscais/faturas contenham qualquer incorreção, deverá ser justificada no mesmo prazo, razão pela qual deixará de ser atestada a veracidade das informações, sendo comunicada a Contratada para a devida correção;

**19.3.** A gestão do contrato a ser assinado posteriormente será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo municipal de Saúde, a quem caberá assinar o contrato, autorizar a celebração de termo aditivo para a alteração do contrato ou prorrogar o prazo, aplicar penalidade, rescindir o contrato, dentre outras relativas à atividade de gestão.

## **20. SUBCONTRATAÇÃO DE EMPRESAS**

**20.1.** É expressamente vedada à CONTRATADA a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, na forma prevista na Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

## **21. DA PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**21.1.** As licitantes autorizam o acesso irrestrito da Administração às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e à execução do contrato;

**21.2.** As informações obtidas em conformidade ao disposto no item anterior serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

## **22. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CERTAME**

**22.1.** Reserva-se a Autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, o direito de revogar esta licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações;

**22.1.1.** No caso de anulação ou revogação do processo licitatório, ficam assegurados as licitantes o contraditório e a ampla defesa prévios, nos moldes do parágrafo 3º, do art. 49, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

### **23. DA PUBLICIDADE**

**23.1.** O aviso deste Pregão será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco-AMUPE, e no Diário Oficial da União.

### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.** As interessadas poderão solicitar cópia deste instrumento convocatório, na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Gravata, situado na Rua Izaltino Poggi, nº265, 1º andar, sala 105, Bairro:Prado, Gravata/PE, CEP:55.642-160, Fone:(81)3299-1899, pela Internet através do endereço eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), por e-mail: [cpl@gravata.pe.gov.br](mailto:cpl@gravata.pe.gov.br) ou no Portal da Transparência;

**24.2.** As licitantes que optarem pela retirada do edital via internet deverão efetuar o preenchimento do formulário eletrônico com identificação do interessado, endereço, fone e endereço eletrônico;

**24.3.** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos nos termos da Lei nº10.520/2002 e da Lei Federal nº8.666/93 e alterações;

**24.4.** A licitante vencedora, quando formalmente contratada, fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto licitado, consoante o disposto nos §§1º e 2º do art. 65, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações;

**24.5.** A divulgação de informações referentes a esta licitação e os resultados de habilitação, de julgamento das propostas e de recursos interpostos serão publicados na imprensa oficial e no Portal da Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), na forma da legislação vigente;

**24.6.** A Autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, poderá revogar a presente licitação no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento das participantes da licitação e, poderá ainda, prorrogar a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

**24.7.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

**24.8.** É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, na forma do §3º, do art. 45, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações;

**24.9.** Quaisquer tributos, custos, despesas, diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais para o Município de Gravata, Estado de Pernambuco;

**24.10.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

**24.11.** Os casos não previstos neste Edital e/ou Anexos serão decididos pelo Pregoeiro, com base nas disposições legais pertinentes à matéria;

**24.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

**24.13.** Quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação deverão ser solicitados, sempre por escrito, diretamente ao Pregoeiro, na **Comissão Permanente de Licitação-CPL, situada na Rua Izaltino Poggi, nº265, 1º andar, sala 105, Bairro:Prado, Gravata/PE, CEP:55.642-160, Fone:(81)3299-1899, RAMAL:1020**, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, antes do prazo fixado

para o recebimento das propostas. As respostas serão enviadas a todos os interessados pelo e-mail cadastrado, pelo portal da **Bolsa Nacional de Compras-BNC**, no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br); até o dia anterior à data marcada para recebimento dos envelopes;

**24.14.** Fica eleito o foro da cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Gravatá/PE, 22 de setembro de 2023.

Victor Hugo de Menezes  
Pregoeiro PMG

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

**1.1.** O presente termo de referência tem por objetivo estabelecer os requisitos mínimos a serem observados no Registro de Preços para eventual e futura aquisição de **MOBILIÁRIOS**, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, bem como dos Estabelecimentos Assistências de Saúde da Rede Pública Municipal, durante o **período de 12 (doze) meses**, conforme especificações e estimativas de consumo que constituem o anexo deste Termo de Referência.

### 2. JUSTIFICATIVA

**2.1.** A contratação pretendida é necessária para equipar adequadamente a Secretaria Municipal de Saúde e os setores vinculados. É importante dizer que o uso contínuo dos mobiliários enseja o desgaste e danificação dos mesmos, comprometendo a estrutura física dos ambientes de trabalho, a rotina administrativa e a saúde do servidor, que passa a maior parte do seu tempo no ambiente de trabalho.

**2.2.** Para tanto, se faz necessário realizar constantes investimentos na estrutura e bem-estar dos ambientes, a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das atividades, bem-estar e acolhimento aos servidores e munícipes que frequentam as repartições públicas;

**2.3.** Neste sentido, a licitação para os objetos pretendidos, justifica-se pela necessidade de substituir os mobiliários em obsolescência, cujos desgastes naturais provocado pelo uso, se faz necessários, bem como formar estoque para atendimento às Unidades que estão em fase de ampliação/requalificação e das que serão abertas nos próximos 12 (doze) meses, contemplando também a nova Secretaria Municipal de Saúde de Gravatá, fazendo-se necessário a aquisição de mobiliários a fim de equipar esta unidade de forma adequada para garantir o melhor serviço de assistência as munícipes;

**2.4.** O quantitativo dos itens que constam neste termo de referência, foi estimado (consolidado) pelo departamento executivo de Planejamento e Gestão da Secretaria de Saúde, levando em consideração o número de unidades e departamentos em funcionamento atualmente.

### 3. DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

**3.1.** Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas para um período de 12 (doze) meses, estão especificados no Anexo deste Termo de Referência;

**3.1.2.** O objeto licitado deverá possuir todas as características mínimas descritas nas especificações. Serão aceitos produtos com características superiores, desde que atendam a todos os requisitos mínimos exigidos nas especificações constantes do anexo, do presente Termo.

### 4. DO PRAZO, DO LOCAL PARA ENTREGA E DO FORNECIMENTO

**4.1.** O fornecimento será efetuado após a emissão da Ordem de Fornecimento, gerada pelo departamento de Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, e enviada por meio eletrônico;

**4.2.** As empresas contratadas deverão atender as Ordens de Fornecimentos **em até 20 (vinte) dias corridos** do seu recebimento;

**4.3.** O local de entrega dos produtos **Almoxarifado Central** da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na **Avenida Cicero Batista de Oliveira, SNº Bairro Nossa Senhora das Graças, no horário 08:00 às 15:00 horas de segunda à sexta-feira**, cujos contatos podem ser feitos pelo telefone (81) 9 9400 0753 (Tiago), ou pelo endereço eletrônico [almoxarifadogravatasms@outlook.com](mailto:almoxarifadogravatasms@outlook.com).

### 5. DO RECEBIMENTO

**5.1.** Os materiais serão recebidos da seguinte forma:

**5.1.1.** PROVISORIAMENTE pelo Almoxarifado Central, que confrontará as informações da nota fiscal com a ordem de fornecimento, tais como, quantidade e valores;

**5.1.2.** DEFINITIVAMENTE num prazo **de até 5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, ocasião onde o servidor indicado analisará se os produtos entregues estão em conformidade com o licitado;

**5.1.3.** Os produtos definidos no anexo deste Termo de Referência deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

**5.1.4.** Os produtos que não obedecerem às especificações do Termo de Referência serão devolvidos para substituição imediata, sem ônus para a Contratante;

**5.1.5.** O recebimento definitivo ocorrerá depois de cumpridas às exigências dos itens anteriores, ocasião em que as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas à Gerência Financeira para as providências de agendamento/pagamento.

## **6. DA GARANTIA**

**6.1.** Todos os mobiliários licitados deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem ou instalação, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, mesmo após sua aceitação pela unidade gestora da presente aquisição;

**6.2.** Caso seja necessária a substituição de algum mobiliário durante a vigência da garantia, todos os custos, incluindo deslocamento, serão de inteira responsabilidade da Contratada;

**6.3.** O licitante vencedor deverá substituir os mobiliários que apresentarem defeitos, vícios, danos ou incorreções no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos** contados da data do recebimento da comunicação oficial.

## **7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.1.** Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido produtos compatível e pertinente com o objeto deste Termo, devendo conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que a Secretaria Municipal de Saúde possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

**7.2.** O(s) atestado(s) a que se refere(m) o sub item acima deve(m) corresponder a fornecimento de produtos referente ao objeto do processo de, **no mínimo 10%** (dez por cento) do total do objeto da licitação;

**7.3.** A comprovação da conformidade com a norma técnica **NR-17** do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) se dará por meio da apresentação pelo licitante, junto com **AS PROPOSTAS COMERCIAIS**, de laudo de ergonomia emitido por profissional habilitado pelo Ministério do Trabalho (engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe) ou profissional/entidade com especialização em ergonomia devidamente habilitado para tal finalidade, e outros pertinentes;

**7.4.** Para os móveis de madeira e/ou com peças de madeira apresentar comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação, Instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, e legislação correlata;

**7.4.1.** Certificação FSC (Forest Stewardship Council), ou Certificação do Cerflor (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), ou similar, desde que emitida por entidade ou organismo credenciador (certificador), reconhecido nacional ou internacionalmente, que garanta que os componentes de madeira são oriundos de matéria-prima certificada e/ou controlada;

**7.5.** Apresentar folder e/ou catálogo técnico complementar do produto cotado, para subsidiar o parecer técnico.

## **8. DAS AMOSTRAS TIPO CATÁLOGO**

**8.1.** O licitante detentor da melhor proposta, deverá apresentar catálogo dos itens no prazo de até **7 (sete) dias corridos**, para subsidiar aspectos como a qualidade dos produtos, diversidades da linha do produto;

**8.2.** A finalidade da amostra do catálogo é permitir que a Administração, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Edital, no qual pretende-se reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá a necessidade da Administração;

**8.3.** A Administração estabelece como critério para avaliação, confrontar os materiais cotados com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, em especial no que diz respeito a qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos produtos;

**8.4.** O catálogo deverá ser entregue, na Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Rua Doutor Régis Velho, nº156, Bairro Boa Vista, cujos contatos podem ser feitos pelos telefones (81) 3563 9024 ou (81) 3299 1899 (ramal 3.000) ou pelo endereço eletrônico [diradmsaude@gravata.pe.gov.br](mailto:diradmsaude@gravata.pe.gov.br) ou [admsaudegravatape@gmail.com](mailto:admsaudegravatape@gmail.com), devendo a entrega ser realizada entre 08:00h e 12:00h, de segunda à sexta feira.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Realizar os fornecimentos em conformidade com o Contrato;

**9.2.** Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Gravata ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução do Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

**9.3.** Fornecer os produtos sempre dentro de seu prazo de validade, quando for o caso;

**9.4.** Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

**9.5.** Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

**9.6.** Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste Termo de Referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

**9.7.** Substituir imediatamente os produtos em desconformidade com as especificações, sem ônus para a Secretaria;

**9.8.** Comunicar à Gestão de Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, se for o caso, providenciando a devida correção, quando for o caso;

**9.9.** Não transferir a outrem, o objeto do Contrato;

**9.10.** Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou Contrato, os fornecedores também deverão apresentar declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou do Contrato;

**9.11.** Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

**9.12.** Possuir o devido Alvará de Licença de Funcionamento atualizado.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

**10.1.** Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento dos itens deste Termo de Referência;

**10.2.** Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pela contratada, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

**10.3.** Acompanhar a execução do objeto deste Termo de Referência e efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos neste instrumento e respectivo Edital;

**10.4.** Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada e que sejam pertinentes ao objeto do presente Termo de Referência;

**10.5.** Notificar por escrito a CONTRATADA, por qualquer irregularidade relacionada ao contrato;

**10.6.** A Secretaria Municipal de Saúde de Gravatá não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima do produto, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

**10.7.** A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Gravatá firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;

**10.8.** Fiscalizar o desempenho do objeto contratado e Gerir o Contrato conforme designado pela Secretaria Municipal de Saúde de Gravatá.

## **11. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica decorrente da prestação de serviços e do efetivo fornecimento dos produtos, mediante conferência e atesto da fatura pelo fiscal do contrato designado na forma do edital.

**11.2.** Caso as Notas Fiscais Eletrônicas apresentadas não correspondam aos fornecimentos executados, estas serão devolvidas para as devidas correções;

**11.3.** Para efetivação do pagamento, além da correspondente Nota Fiscal Fatura, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista por meio do Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor- RCF, emitido pelo Cadastro de Fornecedores-CADFOR, devidamente atualizado e compatível com o objeto licitado, ou certidões atualizadas, devendo ainda, durante a execução do contrato, manter todas as condições de habilitação exigidas no edital.

**11.4.** O pagamento será realizado, através de crédito em conta, na Agência Bancária e Conta Corrente indicados pelo Contratado, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos e observadas as seguintes condições:

**11.4.1.** Após a emissão e atestação da ordem de fornecimento/ contrato, o servidor ou a comissão encaminhará a nota fiscal de venda ao setor competente para pagamento;

**11.4.2.** Mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao material entregue, devidamente atestada pelo setor competente do CONTRATANTE.

**11.4.3.** Deverá mencionar na Nota Fiscal/Fatura, o número da ordem de fornecimento/Nota de Empenho, órgão solicitante com CNPJ e endereço.

**11.4.4.** A Nota Fiscal deverá ser preenchida com dados do Órgão CONTRATANTE, conforme descrito no Contrato.

**11.4.5.** A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida com as especificações, unidades, valores e o número do empenho, de modo idêntico àquelas constantes da Nota de Empenho, correspondente às indicadas no Edital e proposta do fornecedor.

**11.5.** Poderá ser deduzido do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

**11.6.** No caso de incorreção na Nota Fiscal, será a mesma devolvida ao CONTRATADO para as devidas correções, passando a contar o prazo a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação pelo CONTRATANTE.

**11.7. Previamente a cada pagamento** à CONTRATADA, a CONTRATANTE realizará **consulta ao SICAF** para verificar a manutenção das condições de habilitação.

**11.8. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF**, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelos fornecimentos já prestados, para, num prazo exequível fixado pela CONTRATANTE, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão.

**11.9.** O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o sub item anterior **poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.**

**11.10.** No caso de os produtos entregues não corresponderem às condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, os mesmos serão devolvidos ao Contratado, sendo que a contagem do prazo mencionado, iniciar-se-á somente após a regularização do problema.

**11.11.** Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ
02	PODER EXECUTIVO
02 18	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
021800 – Unidade Gestora	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Função	Saúde
10 302 - Subfunção	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
10 302 1011- Programa	Programa Compromisso Assistencial de Saúde da População
10 302 1011 2454 0000 - Ação	Manutenção das Ações de Saúde relacionadas à Atenção Especializada em Saúde
<b>844</b> 4.4.90.52.00 Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500.003 Recursos Próprios – Saúde
<b>845</b> 4.4.90.52.00 - Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 601.000 Bloco estruturação – SUS
10 301 - Subfunção	ATENÇÃO BÁSICA
10 301 1010 - Programa	Programa de Atenção Primária fortalecida e comprometida com a Saúde das pessoas
10 301 1010 2452 0000 - Ação	Manutenção das Ações de Atenção Primária à Saúde
<b>809</b> 4.4.90.52.00 Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500.003 Recursos Próprios – Saúde
<b>810</b> 4.4.90.52.00 - Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 601.000 Bloco estruturação – SUS

## 13. DO VALOR ESTIMADO

**13.1.** O valor estimado para itens relacionados no anexo deste Termo de Referência é de **R\$ 1.687.820,90 (um milhões, seiscentos e oitenta e sete mil oitocentos e vinte reais e vinte e noventa centavos).**

## 14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

**14.1.** A fiscalização, visando garantir a eficiência e a qualidade do produto licitado, é ferramenta essencial à gestão contratual.

**14.2.** Esses elementos terão como objetivos principais o cumprimento e a qualidade do produto. O controle em relação à eficiência e qualidade dos serviços executados será rigoroso a fim de incrementar a acurácia entre os serviços efetivamente executados e a medição a incluir no boletim quinzenal.

**14.3.** O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais, bem como as normas constantes nas Especificações Técnicas do Termo de Referência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.4.** A fiscalização será exercida no interesse do município e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**14.5.** O Município se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

**14.6.** O objeto da presente contratação será atestado por servidor da Secretaria de Saúde, após a comprovação da efetiva entrega dos objetos.

**14.7.** O objeto que for entregue em desacordo com este Termo de Referência não será atestado, ficando a contratada obrigada a encaminhar com as especificações constante do termo de referência.

**14.8.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70, da Lei nº8.666, de 1993.

**14.9.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas e defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**14.10.** Durante a vigência, a gestão do contrato objeto deste certame será realizada pela servidora **MIKAELLA ALESSADRA FERREIRA VASCONCELOS**, matrícula nº105959, inscrita no CPF nº 106.858.724-59, designada para Gestora do Contrato, e da fiscalização através do servidor, **EMERSON TIAGO DA CONCEIÇÃO SANTOS** – Diretor do Almoxarifado Central, inscrito no CPF nº111.663.064-59, em conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações.

Gravatá (PE), 12 de setembro de 2023.

**Joice Camila Rodrigues e Silva**

CPF nº090.270.494-08

**Lucivaldo Julião da Silva**

CPF nº773.926.474-15

**ANEXO RELAÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p><b>ARMÁRIO ALTO</b> - COM QUATRO PRATELEIRAS EM MDF, FORMANDO CINCO VÃOS COM ALTURAS IGUAIS, COM POSSIBILIDADE DE REGULAGEM DE ALTURA A CADA 32MM. DIMENSÕES APROXIMADAS: DE 1300 A 1800MM (ALTURA) X 450 A 500MM (PROFUNDIDADE) X 800MM (LARGURA). TAMPO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 22MM, REVESTIDOS COM BP, COR A SER DETERMINADA. BASE, LATERAIS E PORTAS EM MDP OU MDF DE 18MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. FUNDO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 10MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. PRATELEIRAS REGULÁVEIS EM MDP OU MDF DE 18MM, JUSTAPOSTAS ENTRE AS LATERAIS, O FUNDO E AS PORTAS DO ARMÁRIO, REVESTIDAS COM BP NA MESMA COR DO TAMPO, FORMANDO VÃOS DE ALTURAS IGUAIS. TODAS AS PRATELEIRAS DEVEM SER FIXADAS COM PINOS AUTOTRAVANTES EM ZAMAK. TODAS AS BORDAS DE TAMPÓS, PORTAS, PRATELEIRAS E QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DO ARMÁRIO QUE SEJAM ACESSÍVEIS AO USUÁRIO DEVEM SER ARREDONDADAS E LIVRES DE REBARBAS, REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS DE NO MÍNIMO 2,0MM. AS LATERAIS, O TAMPO E A BASE INFERIOR DEVEM SER LIGADOS ENTRE SI PELO SISTEMA MINI-FIX COM BUCHAS METÁLICAS E CAVILHAS, POSSIBILITANDO MONTAR E DESMONTAR VÁRIAS VEZES, SEM PERDER A QUALIDADE. DOBRADIÇAS DE AÇO OU ZAMAK COM MECANISMO QUE PERMITE ABERTURA DE 270º E REGULAGENS HORIZONTAIS E VERTICAIS. MÍNIMO DE TRÊS POR PORTA PARA OS ARMÁRIOS ALTOS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO OU CREMONA, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DA CHAVE. CADA PORTA DEVE TER UM PUXADOR METÁLICO, DE LIGA NÃO-FERROSA, CROMADO OU NIQUELADO, OU EM POLÍMERO DE ALTO IMPACTO. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 240 HORAS. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS.</p>	UND	250	R\$668,05	R\$167.012,50
2	<p><b>ARQUIVO FRONTAL DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS</b> - COM QUATRO GAVETAS MONTADAS SOBRE TRILHOS TELESCÓPICOS QUE PERMITAM ABERTURA TOTAL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 1335MM (ALTURA) X 470MM (LARGURA) X 710MM (PROFUNDIDADE). CHAPA DE AÇO SAE: CORPO E ESTRUTURA INTERNA EM CHAPA 22 (0,75MM); GAVETAS EM CHAPA 24 (0,60MM); TRILHOS TELESCÓPICOS E GUIAS EM CHAPA 16 (1,5MM); HASTE DE TRAVAMENTO DE GAVETAS EM CHAPA 16 (1,5MM); FECHAMENTO INFERIOR (JUNTO AO PISO) EM CHAPA 24 (0,60MM). PUXADORES INTEIRAMENTE METÁLICOS, DE LIGA NÃO-FERROSA, CROMADOS OU NIQUELADOS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO (MÍNIMO 4 PINOS) COM SISTEMA DE TRAVAMENTO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS. CHAVES EM DUPLICATA. COMPRESSORES PARA PASTAS EM TODAS AS GAVETAS. PORTA-ETIQUETAS ESTAMPADO OU SOBREPOSTO, SENDO ESTE ÚLTIMO EXCLUSIVAMENTE DE LIGA METÁLICA NÃO FERROSA CROMADO OU NIQUELADO. GAVETAS DOTADAS DE CORREDIÇAS PROVIDAS DE ROLAMENTOS EM NÚMERO DE OITO POR GAVETA. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO, QUANDO NECESSÁRIO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 240 HORAS, EM UMA ATMOSFERA CONFORME ESPECIFICAÇÃO DA NBR 8094 E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS OU ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, POLIMERIZADA EM ESTUFA DE 120ºC / 140ºC, SUPERFÍCIES LISAS E UNIFORMES, NA COR A SER DETERMINADA. PORCA SOLDADA INTERNAMENTE À BASE PARA FIXAÇÃO DAS QUATRO SAPATAS NIVELADORAS. SOLDAS DEVEM POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS. ELIMINAR RESPINGOS E VOLUMES DE SOLDA, REBARBAS, ESMERILHAR JUNTAS E ARREDONDAR QUINAS AGUDAS. A ESTRUTURA INTERNA DEVE SER UNIDA AO CORPO DO ARQUIVO POR MEIO DE SOLDA A PONTO. OS PONTOS DEVEM TER ESPACAMENTO MÁXIMO DE 40 CM ENTRE SI. OS BATENTES HORIZONTAIS E VERTICAIS DEVEM SER UNIDOS POR MEIO DE SOLDA DE TAL FORMA QUE SE CONFIGURE UMA ÚNICA ESTRUTURA COM O DESAPARECIMENTO DAS EMENDAS. AS GAVETAS DEVEM SER DOTADAS DE CONTRA-CHAPA NA SUA PARTE FRONTAL AO LONGO DE TODA A EXTENSÃO DA PEÇA. OS PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DOS PUXADORES DEVEM ATRAVESSAR A CHAPA E A CONTRA-CHAPA DA PARTE FRONTAL DA GAVETA. PROFUNDIDADE MÍNIMA ÚTIL DA GAVETA = 620MM.</p>	UND	100	R\$769,60	R\$76.960,00

3	<p><b>ARMÁRIO BAIXO</b> - COM UMA PRATELEIRA EM MDF, FORMANDO DOIS VÃOS COM ALTURAS IGUAIS, COM POSSIBILIDADE DE REGULAGEM DE ALTURA A CADA 32MM. DIMENSÕES APROXIMADAS: DE 720 A 750MM (ALTURA) X 450 A 500MM (PROFUNDIDADE) X 800MM (LARGURA). TAMPO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 22MM, REVESTIDOS COM BP, COR A SER DETERMINADA. BASE, LATERAIS E PORTAS EM MDP OU MDF DE 18MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. FUNDO EM MDP OU MDF DE NO MÍNIMO 10MM, REVESTIDOS COM BP, MESMA COR DO TAMPO. PRATELEIRAS REGULÁVEIS EM MDP OU MDF DE 18MM, JUSTAPOSTAS ENTRE AS LATERAIS, O FUNDO E AS PORTAS DO ARMÁRIO, REVESTIDAS COM BP NA MESMA COR DO TAMPO, FORMANDO VÃOS DE ALTURAS IGUAIS. TODAS AS PRATELEIRAS DEVEM SER FIXADAS COM PINOS AUTOTRAVANTES EM ZAMAK. TODAS AS BORDAS DE TAMPOS, PORTAS, PRATELEIRAS E QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DO ARMÁRIO QUE SEJAM ACESSÍVEIS AO USUÁRIO DEVEM SER ARREDONDADAS E LIVRES DE REBARBAS, REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS DE NO MÍNIMO 2,0MM. AS LATERAIS, O TAMPO E A BASE INFERIOR DEVEM SER LIGADOS ENTRE SI PELO SISTEMA MINI-FIX COM BUCHAS METÁLICAS E CAVILHAS, POSSIBILITANDO MONTAR E DESMONTAR VÁRIAS VEZES, SEM PERDER A QUALIDADE. DOBRADIÇAS DE AÇO OU ZAMAK COM MECANISMO QUE PERMITE ABERTURA DE 270º E REGULAGENS HORIZONTAIS E VERTICAIS. MÍNIMO DE TRÊS POR PORTA PARA OS ARMÁRIOS ALTOS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO OU CREMONA, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DA CHAVE. CADA PORTA DEVE TER UM PUXADOR METÁLICO, DE LIGA NÃO-FERROSA, CROMADO OU NIQUELADO, OU EM POLÍMERO DE ALTO IMPACTO. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO EM CÂMARA DE NÉVOA SALINA DE NO MÍNIMO 240 HORAS. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS.</p>	UND	150	R\$598,00	R\$89.700,00
4	<p><b>ARMÁRIO VITRINE COM 02 PORTAS E CHAVE</b> - ESTRUTURA EM AÇO, CANTONEIRA DE 1 POL. DE ESPESSURA, TETO, FUNDO E LATERAIS DE AÇO Nº20, PORTA E TRÊS PRATELEIRAS DE VIDRO, 4MM DE ESPESSURA APROXIMADAMENTE, PRATELEIRAS REGULÁVEIS, PORTA COM FECHADURA TIPO YALE, PÉS COM PONTEIRA DE BORRACHA, PINTURA ELETROSTÁTICA CINZA APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E SECADO EM ESTUFA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 0,47 X 0,37 X 1,40 M. DE ALTURA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p>	UND	200	R\$853,91	R\$170.782,00
5	<p><b>CADEIRA COM RODÍZIOS E BRAÇOS</b> - ASSENTO E ENCOSTO COM COMPENSADO MOLDADO ANATOMICAMENTE; ESPUMA INJETADA DE DUPLA DENSIDADE; BASE GIRATÓRIA COM RODÍZIOS 5 PATAS, COM REGULAGEM DE ALTURA EM 05 POSIÇÕES - MECÂNICA; ENCOSTO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE. COR PRETA. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.</p>	UND	300	R\$450,17	R\$135.051,00
6	<p><b>CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA, ESPALDAR MÉDIO</b> - SEM BRAÇOS COM RODÍZIOS, DOTADA DE MECANISMO AMORTECEDOR E REGULADOR DO ASSENTO E DO ENCOSTO. ASSENTO E ENCOSTO DIMENSÕES MÍNIMAS: ASSENTO: 460MM (LARGURA MÍNIMA) X 460MM (PROFUNDIDADE MÍNIMA); ENCOSTO: 400MM (LARGURA MÍNIMA) X 350MM (EXTENSÃO VERTICAL MÍNIMA); FABRICADOS EM COMPENSADO ANATÔMICO MOLDADO A QUENTE, ORIUNDO DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO OU DE PROCEDÊNCIA LEGAL, ISENTOS DE RACHADURAS, E DETERIORAÇÃO POR FUNGOS OU INSETOS. ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDO, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM, COLADA À MADEIRA E REVESTIDA COM CORINO. FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE PORCAS COM GARRAS E PARAFUSOS. CAPA DE PROTEÇÃO E ACABAMENTO INJETADA EM POLIPROPILENO TEXTURIZADO E BORDAS ARREDONDADAS QUE DISPENSAM O USO DO PERFIL DE PVC. DE FÁCIL LIMPEZA, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA CONTRA IMPACTOS E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS. COR A SER DETERMINADA. ESTRUTURA MECANISMO DE REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO COM BLOQUEIO EM QUALQUER POSIÇÃO ATRAVÉS DE SISTEMA "FREIO FRICÇÃO" E COMANDO POR ALAVANCA. SUPORTE DO ENCOSTO REGULÁVEL COM CURSO VERTICAL DE 70MM, COM CANECA ARTICULADA E SISTEMA DE AMORTECEDOR FLEXÍVEL. COLUNA DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO POR ACIONAMENTO HIDRÁULICO A GÁS COM CURSO DE 100MM. BASE EM FORMATO DE ESTRELA COM 5 PONTAS. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO, APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA A CORROSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS, NA COR PRETA. RODÍZIOS DUPLO, COM RODAS DE 50MM (MÍNIMO). RODAS PARA PISOS FRIOS REVESTIDAS DE MATERIAL RESILIENTE (TIPO W), QUE APRESENTEM</p>	UND	150	R\$408,44	R\$61.266,00

	BANDA DE RODAGEM MACIA. MANÍPULOS DE REGULAGENS E ALAVANCAS COM MANOPLAS EM MATERIAL POLIMÉRICO INJETADO. TODOS OS ELEMENTOS ACESSÍVEIS AO USUÁRIO QUANDO EM POSIÇÃO SENTADA DEVEM SER ARREDONDADOS, COM RAIOS DE CURVATURA MAIOR QUE 2MM, E POSSUIR DESENHO ERGONÔMICO PERMITINDO ADEQUADA EMPUNHADURA E FÁCIL ACIONAMENTO. OS DISPOSITIVOS DE REGULAGEM DEVEM SER PROJETADOS DE MODO A EVITAR MOVIMENTOS INVOLUNTÁRIOS, BEM COMO TRAVAMENTOS OU AFROXAMENTOS INDESEJADOS DAS PARTES ESTRUTURAIS DA CADEIRA. EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS, DEVERÁ HAVER SOLDA EM TODO O PERÍMETRO. SOLDAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS. AS PARTES LUBRIFICADAS DA CADEIRA DEVEM SER PROTEGIDAS, DE MODO A EVITAR O CONTATO COM O CORPO E COM AS ROUPAS DO USUÁRIO EM POSIÇÃO SENTADA. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. PARA FABRICAÇÃO É INDISPENSÁVEL SEGUIR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA CADA MATERIAL.				
7	<b>CADEIRA FIXA ESTOFADA, SEM BRAÇOS</b> - MONTADA SOBRE ARMAÇÃO TUBULAR DE AÇO, COM ALTURA DO ASSENTO DE 450MM. ASSENTO E ENCOSTO DIMENSÕES MÍNIMAS: ASSENTO: 460MM (LARGURA MÍNIMA) X 460MM (PROFUNDIDADE MÍNIMA); ENCOSTO: 400MM (LARGURA MÍNIMA) X 350MM (EXTENSÃO VERTICAL MÍNIMA); FABRICADOS EM COMPENSADO ANATÔMICO MOLDADO A QUENTE, ORIUNDO DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO OU DE PROCEDÊNCIA LEGAL, ISENTO DE RACHADURAS, E DETERIORAÇÃO POR FUNGOS OU INSETOS. ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDO, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM, COLADA À MADEIRA E REVESTIDA COM TECIDO. FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE PORCAS COM GARRAS E PARAFUSOS. CAPA DE PROTEÇÃO E ACABAMENTO INJETADA EM POLIPROPILENO TEXTURIZADO E BORDAS ARREDONDADAS QUE DISPENSAM O USO DO PERFIL DE PVC. DE FÁCIL LIMPEZA, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA CONTRA IMPACTOS E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS. TECIDO DE COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, COR A SER DEFINIDA. ESTRUTURA: ESTRUTURA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020, ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA DE 1,9MM, COM QUATRO APOIOS NO PISO. PONTEIRAS DE FECHAMENTO DE TOPOS E SAPATAS EM POLIPROPILENO OU NYLON INJETADAS, NA COR E TONALIDADE DA TINTA DA ESTRUTURA METÁLICA, FIXADAS ATRAVÉS DE ENCAIXE. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. NAS PARTES METÁLICAS DEVE SER APLICADO TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICRÔMETROS, NA COR PRETA. PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS, DEVERÁ HAVER SOLDA EM TODO O PERÍMETRO. SOLDAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS.	UND	300	R\$119,46	R\$35.838,00
8	<b>CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA ESPALDAR ALTO COM BRAÇOS</b> - DIMENSÕES MÍNIMAS: ENCOSTO: ALTURA 920 MM; LARGURA: 500 MM ASSENTO: PROFUNDIDADE: 460 MM; LARGURA: 490 MM ALTURA DO ASSENTO EM RELAÇÃO AO PISO: 440 MM MÍNIMO E 540 MM MÁXIMO FABRICADOS EM COMPENSADO ANATÔMICO MOLDADO A QUENTE, ORIUNDO DE MADEIRA DE REFLORESTAMENTO OU DE PROCEDÊNCIA LEGAL, ISENTO DE RACHADURAS, E DETERIORAÇÃO POR FUNGOS OU INSETOS. ESTOFADOS COM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANDIDO, DE ESPESSURA MÍNIMA DE 40MM, COLADA À MADEIRA E REVESTIDA COM CORINO. FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE PORCAS COM GARRAS E PARAFUSOS. CAPA DE PROTEÇÃO E ACABAMENTO INJETADA EM POLIPROPILENO TEXTURIZADO E BORDAS ARREDONDADAS QUE DISPENSAM O USO DO PERFIL DE PVC. DE FÁCIL LIMPEZA, ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA CONTRA IMPACTOS E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS. COR A SER DETERMINADA.	UND	80	R\$647,01	R\$51.760,80
9	<b>LONGARINA 4 LUGARES</b> - PLÁSTICA ISO ASSENTO/ENCOSTO DEVERÁ SER EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA EM FERRO 30X50, TER BRAÇOS FIXO COM APOIO EM PP, NA COR VERDE COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE : 200 CM X 50 CM X 78 CM.	UND	250	R\$550,20	R\$137.550,00
10	<b>LONGARINA 3 LUGARES</b> - PLÁSTICA ISO ASSENTO/ENCOSTO DEVERÁ SER EM POLIPROPILENO, ESTRUTURA EM FERRO 30X50, TER BRAÇOS FIXO COM APOIO EM PP, NA COR VERDE COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE : 200 CM X 50 CM X 78 CM.	UND	150	R\$447,09	R\$67.063,50
11	<b>ESTANTE DESMONTÁVEL EM AÇO</b> - 06 PRATILEIRAS DIMENSÕES APROXIMADAS - 1,98 X 0,93 X 0,27 COLUNAS EM AÇO SAE 1010/1020, PERFIL "L", COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,9MM. PRATELEIRAS REMOVÍVEIS E AJUSTÁVEIS, COM ESPESSURA DE 0,90MM, COM DOBRAS TRIPLAS EM TODO O PERÍMETRO, FIXADAS COM PARAFUSOS E PORCAS. (OPCIONAL: PLACA DE OSB DE 20MM DE ESPESSURA SOBRE A PRATELEIRA). A QUANTIDADE DE PRATELEIRAS	UND	300	R\$515,20	R\$154.560,00

	PODE VARIAR EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE E DIMENSÃO DOS OBJETOS A SEREM ARMAZENADOS. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS OU ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO, BRILHANTE, POLIMERIZADA EM ESTUFA DE 120°C / 140°C, SUPERFÍCIES LISAS E UNIFORMES, NA COR A SER DETERMINADA. SOLDAS DEVEM POSSUIR SUPERFÍCIE LISA E HOMOGÊNEA, NÃO DEVENDO APRESENTAR PONTOS CORTANTES, SUPERFÍCIES ÁSPERAS OU ESCÓRIAS. ELIMINAR RESPINGOS E VOLUMES DE SOLDA, REBARBAS, ESMERILHAR JUNTAS E ARREDONDAR QUINAS AGUDAS.				
12	<b>GAVETEIRO VOLANTE</b> - VIR COM 4 GAVETAS CONFECCIONADO EM MDF 15 MM, MEDIDAS: LXPXA 45 X 45 X 65 CM, COR: PODENDO SER NAS CORES BRANCO, VERDE OU CINZA, FICANDO A CARGO DO MUNICÍPIO ESPECIFICAR NO ATO DA SOLICITAÇÃO DE COMPRA DO PRODUTO. 04 RODINHAS CHAVE FECHA AS 4 GAVETAS.	UND	150	R\$464,01	R\$69.601,50
13	<b>MESA BIRÔ DE MADEIRA</b> - COM 02 GAVETAS EM MADEIRA MDF EM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,20 X 0,68 X 0,75M, (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA), ESTRUTURA EM PERFIS DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO PELO SISTEMA DE FOSFATIZAÇÃO E ANTICORROSIVO, PINTURA A BASE DE RESINA EPÓXI PELO SISTEMA ELETROSTÁTICO NA COR PRETA, COM PASSAGEM PARA FIAÇÃO ELÉTRICA E TELEFÔNICA ATRAVÉS DO TAMPO POR GUIAS DE CABO INJETADAS EM POLIPROPILENO, SAPATAS REGULADORAS DE NÍVEL; SUPERFÍCIES DE MADEIRA DO TIPO TERMOESTABILIZADO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 25 MM, COM REVESTIMENTO NA FACE SUPERIOR DE LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO, (COR A DEFINIR, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CARTELA DE CORES) E BORDAS ARREDONDADAS, EM 180°, NO MESMO ACABAMENTO NA FACE INFERIOR COM VERNIZ A BASE POLIESTE; PAINEL FRONTAL LONGITUDINAL RECUADO APROXIMADAMENTE 18 CM PARA O INTERLOCUTOR, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 15MM, GAVETEIRO COM O MESMO REVESTIMENTO DA MESA COM 02 GAVETAS EQUIPADAS COM: CORREDIÇAS DE AÇO COM ROLETES DE NYLON OU CORREDIÇAS TELESCÓPICAS METÁLICAS, FECHADURA DE CILINDRO EM METAL, COM TRATAMENTO SIMULTÂNEO, NÃO SERÃO ADMITIDAS BARRAS DE REFORÇO ESTRUTURAL QUE IMPEÇAM A LIVRE MOVIMENTAÇÃO DAS PERNAS.	UND	400	R\$432,00	R\$172.800,00
14	<b>MESA DE REUNIÃO PARA OITO PESSOAS</b> - COM ALTURA ENTRE 720MM E 750MM. TAMPO EM MDF DE 25MM, COM 1200MM (LARGURA) X 2400MM (COMPRIMENTO) (MEDIDA VARIÁVEL EM FUNÇÃO DA QUANTIDADE DE PESSOAS E NECESSIDADE), REVESTIDO COM BP NAS DUAS FACES, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, COR A SER DEFINIDA. BORDAS REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS COM RAIO MÍNIMO DE 2,5MM. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020, COM QUATRO APOIOS REGULÁVEIS NO PISO, EM POLIPROPILENO OU NYLON INJETADO. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS, NA COR PRETA. FIXAÇÃO DO TAMPO E PAINÉIS COM BUCHAS METÁLICAS E PARAFUSOS. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS, DEVERÁ HAVER SOLDA EM TODO O PERÍMETRO. SOLDAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSpera, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS. PAINEL CENTRAL OPCIONAL EM MDF OU MDP 18MM, REVESTIDO BP, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, NA MESMA COR DO TAMPO. BORDAS ENCABEÇADAS COM FITA DE BORDO EM PVC OU ABS, NA MESMA COR DO REVESTIMENTO DO BP.	UND	20	R\$1.300,72	R\$26.014,40
15	<b>CADEIRA DE RODAS DE BANHO</b> - CADEIRA DE RODAS MANUAL PARA BANHO COM ESTRUTURA METÁLICA RÍGIDA (NÃO DOBRA) EM AÇO CARBONO COM PINTURA EPÓXI OU ELETROSTÁTICA, APOIO DE BRAÇOS E DE PÉS ESCAMOTEÁVEL, FREIOS BILATERAIS, RODAS TRASEIRAS E DIANTEIRAS DE ARO 06" GIRATÓRIAS COM PNEUS MACIÇOS. ABERTURA TRASEIRA PARA ENCAIXAR EM VASO SANITÁRIO. ENCOSTO EM NYLON E ASSENTO REMOVÍVEL EM MATERIAL PLÁSTICO. TAMANHO/CAPACIDADE: LARGURA DO ASSENTO COM 40CM, PROFUNDIDADE DE 40CM, ALTURA DO ENCOSTO DE 38CM, ALTURA DO APOIO DE BRAÇO DE 14CM, ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO DE 46CM, COMPRIMENTO TOTAL DE CADEIRA DE NO MÍNIMO 54CM, LARGURA TOTAL QUANDO ABERTA DE NO MÍNIMO 55CM, NÃO FECHA, PESO DA CADEIRA ATÉ 15KG. RESISTENTE ATÉ 200KG. COM REGISTRO NA ANVISA.	UND	20	R\$616,45	R\$12.329,00
16	<b>CADEIRA DE RODAS PARA OBESO</b> - CADEIRA DE RODAS OBESO ATÉ 200KG MANUAL PARA LOCOMOÇÃO COM ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, DOBRÁVEL EM X. RODAS TRASEIRAS RAIADAS DE 24", EM ALUMÍNIO COM PNEUS ANTIFURO, RODAS DIANTEIRAS DE 8" MACIÇAS, FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS, REBATÍVEIS, REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS EM ALTURA A APOIOS DE BRAÇO	UND	30	R\$1.208,58	R\$36.257,40

	ESCAMOTEÁVEIS. ESTOFAMENTO EM NYLON ACOLCHOADO E ALMOFADA, ASSENTO REFORÇADO COM TIRAS TENSORAS ESPECIAIS. TAMANHO/CAPACIDADE: PESO DA CADEIRA ATÉ 27 KG. LARGURA DO ASSENTO DE 60 CM E LARGURA TOTAL DA CADEIRA DE 80 CM. NA COR PRETA. RESISTENTE ATÉ 200KG. COM REGISTRO NA ANVISA.				
17	<b>CADEIRA D RODAS PADRÃO</b> - CADEIRA DE RODAS OBESO ATÉ 200KG MANUAL PARA LOCOMOÇÃO COM ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, DOBRÁVEL EM X. RODAS TRASEIRAS RAIADAS DE 24", EM ALUMÍNIO COM PNEUS ANTIFURO, RODAS DIANTEIRAS DE 8" MACIÇAS, FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS, REBATÍVEIS, REMOVÍVEIS E REGULÁVEIS EM ALTURA A APOIOS DE BRAÇO ESCAMOTEÁVEIS. ESTOFAMENTO EM NYLON ACOLCHOADO E ALMOFADA, ASSENTO REFORÇADO COM TIRAS TENSORAS ESPECIAIS. TAMANHO/CAPACIDADE: PESO DA CADEIRA ATÉ 15 KG. LARGURA DO ASSENTO DE 47 CM E LARGURA TOTAL DA CADEIRA DE 62 CM. NA COR PRETA. RESISTENTE ATÉ 100KG. COM REGISTRO NA ANVISA.	UND	50	R\$810,67	R\$40.533,50
18	<b>MESA DE TRABALHO EM "L"</b> - TAMPO EM MDP OU MDF DE 25MM, COM MEDIDAS MÍNIMAS DO LADO A COM 1400MM, LADO B COM 1400MM E LADO C DE 700 A 750MM. REVESTIDO COM BP TEXTURIZADO NAS DUAS FACES, COR A SER DEFINIDA. PASSA-FIOS EM POLIPROPILENO INJETADO. BORDAS REVESTIDAS COM FITA DE PVC OU ABS, NA MESMA COR DO REVESTIMENTO MELAMÍNICO, COM SEÇÃO SEMI-CÍRCULO (ÂNGULO DE 180º) COM ENCAIXE EM "T" NO LADO DE CONTATO COM USUÁRIO. NOS DEMAIS LADOS, FITA DE PVC OU ABS COM RAIOS MÍNIMO DE 2,5MM ESTRUTURA SOB O TAMPO CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 COM APOIOS REGULÁVEIS NO PISO, INJETADOS EM NYLON OU POLIPROPILENO. NAS PARTES METÁLICAS PREVER FUROS INTERNOS NA ESTRUTURA PARA DRENAGEM DO LÍQUIDO DE TRATAMENTO. APLICAR TRATAMENTO ANTICORROSIVO QUE ASSEGURE RESISTÊNCIA À CORROSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, TINTA HÍBRIDA EPÓXI/POLIÉSTER, POLIMERIZADA EM ESTUFA, ESPESSURA MÍNIMA DE 70 MICROMETROS, NA COR PRETA. FIXAÇÃO DO TAMPO E PAINEL COM PARAFUSOS E BUCHAS METÁLICAS. PEÇAS INJETADAS NÃO DEVEM APRESENTAR REBARBAS, FALHAS DE INJEÇÃO OU PARTES CORTANTES, DEVENDO SER UTILIZADOS MATERIAIS PUROS E PIGMENTOS ATÓXICOS. EM TODAS AS UNIÕES DE PARTES METÁLICAS, DEVERÁ HAVER SOLDA EM TODO PERÍMETRO. SOLDAS E PARTES METÁLICAS DEVERÃO TER SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGÊNEAS, DEVENDO NÃO APRESENTAR NENHUMA SUPERFÍCIE ÁSPERA, PONTOS CORTANTES OU ESCÓRIAS.	UND	50	R\$894,55	R\$44.727,50
19	<b>MESA PARA REUNIÃO REDONDA</b> - VIR COM TAMPO EM MDF 18MM, PÉS EM BASE SE AÇO REPUXADA, COM REFORÇO EM METALON 20X20 COM SAPATAS NIVELADORAS TUBO CENTRAL REDONDO 3", MEDIDAS: 1200MM DE DIÂMETRO X 750MM ALTURA. NA COR CINZA.	UND	50	R\$556,00	R\$27.800,00
20	<b>MESA PLÁSTICA QUADRADA DE POLIPROPILENO EMPILHÁVEL</b> - COM PROTEÇÃO ANTI-UV (ULTRA VIOLETA) QUE GARANTE UMA MAIOR DURABILIDADE. CERTIFICADA PELO INMETRO NA CLASSE BY PARA USO IRRESTRITO, OU SEJA, PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. MEDINDO 0,70 X 0,70 APROXIMADAMENTE. COR BRANCA.	UND	200	R\$82,63	R\$16.526,00
21	<b>CADEIRA EM POLIPROPILENO, SEM BRAÇO, EMPILHÁVEL</b> - COM PÉS ANTIDERRAPANTE. NA COR BRANCA. CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 120KG. MEDIDAS APROXIMADAS: (AXLXP) 86 X 40 X 40 CM. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UND	400	R\$44,72	R\$17.888,00
22	<b>ARMÁRIO DE COZINHA</b> - 05 PORTAS, COR BRANCA, DIMENSÕES APROXIMADAS: TAMANHO MONTADO - PROFUNDIDADE: 355, LARGURA: 910, ALTURA: 170, PESO TOTAL DOS DOIS VOLUMES: 31,50;	UND	60	R\$1.263,33	R\$75.799,80

## ANEXO II

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023**

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

(Razão Social), estabelecido(a) na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

(local e data)

Assinatura do Responsável Legal

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS**  
**E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023**

Declaramos sob penas da lei e para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº10.520/2002, que esta empresa é uma Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do §4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº123/06, e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigido neste Edital.

(Local e data)

Assinatura do Responsável Legal

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**Local e data**

**Licitante e/ou Representante Legal**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023**

(Razão Social)\_\_\_\_, estabelecida na\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº\_\_\_\_, vem DECLARAR para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei Federal nº8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Por ser verdade assina a presente.

(local e data)

Licitante ou Representante Legal

## ANEXO VI

### TABELA DE ALÍQUOTAS INCIDENTES SOBRE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS EM GERAL ANEXO I DO DECRETO MUNICIPAL Nº049/2023

<b>NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO</b>	<b>ALÍQUOTAS IR</b>
Alimentação; Energia elétrica; Serviços prestados com emprego de materiais; Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN-RFB nº 1.234/2012; Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN-RFB nº 1.234/2012; Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767, conforme a IN-RFB nº 1.234/2012; Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767 conforme a IN-RFB nº 1.234/2012; e Mercadorias e bens em geral.	<b>1,2</b>
Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN-RFB nº 1.234/2012; Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20 da IN-RFB nº 1.234/2012; Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN-RFB nº 1.234/2012.	<b>0,24</b>
Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	<b>0,24</b>
Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22 da IN-RFB nº 1.234/2012, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN-RFB nº 1.234/2012; Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k" do inciso I do art. 5º da IN-RFB nº 1.234/2012; Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN-RFB nº 1.234/2012.	<b>1,2</b>
Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850, conforme a IN-RFB nº 1.234/2012;	<b>2,40</b>
Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	<b>2,40</b>
Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.	<b>0,0</b>
Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; Seguro saúde.	<b>2,40</b>
Serviços de abastecimento de água; Telefone; Correio e telégrafos; Vigilância; Limpeza; Locação de mão de obra; Intermediação de negócios; Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; Factoring; Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; Demais serviços.	<b>4,80</b>

## ANEXO VII

### **MODELO DE DECLARAÇÃO QUE AS PESSOAS ELENCADAS NO ART. 5º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº049/2023, DEVERÃO APRESENTAR AO MUNICÍPIO PARA FINS DE NÃO RETENÇÃO DO IRRF**

Ilmo. Sr. (pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº. ( . ) DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

**I** - preenche os seguintes requisitos:

**a)** conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

**b)** cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

**II** - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

---

Assinatura do Responsável

**ANEXO VIII  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **MUNICÍPIO DE GRAVATÁ**, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Cleto Campelo, nº268, Centro, Gravatá/PE, inscrito no CNPJ sob o nº11.049.830/0001-20, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº10.710.822/0001-10, localizada na Rua Dr. Regis Velho, nº156, Bairro: Boa Vista, Gravatá/PE, neste ato representada pelo Secretário, Sr. \_\_\_\_\_, (qualificação completa), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na (endereço completo), nos termos do que dispõem as Leis Federais nº8.666/93 e suas alterações e nº10.520/2002 e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº \_\_\_\_/2023 – Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2023**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, (nome da empresa), inscrita no CNPJ nºxxxxxxx, com sede (endereço) aqui representada por (nome do representante/qualificação/endereço). Declarando desde já que os ratifica e se compromete a mantê-los durante a vigência da ATA, consoante às seguintes cláusulas e condições:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Esta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem como objeto desta licitação o **REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO DOS ESTABELECIMENTOS ASSISTÊNCIAS DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DO**

**1.2.** Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** com o objeto em epígrafe encontra fundamento no Decreto Federal nº9.488/18 e Decreto Municipal nº016/2018, uma vez que, trata-se de fornecimento com contratações frequentes e previsão de entregas parceladas, com remuneração estipulada em unidades de medida;

**1.3.** A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

**2. DOS PREÇOS**

**2.1.** A Licitante Vencedora do Certame se compromete a fornecer o(s) itens(s) de acordo com os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>TOTAL</b>				

**2.2.** O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é considerado completo, ou seja, abrangem todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte, ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o objeto;

**2.3.** O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preço ofertado **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº \_\_\_\_/2023**, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;

**2.4.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

**2.5.** Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

**2.6.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:

**2.6.1.** Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**2.6.2.** Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**2.7.** Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

**2.8.** Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;

**2.9.** Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual **CONTRATANTE**;

**2.10.** A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

**2.11.** O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III, do artigo 1º da Lei Estadual (PE) nº12.525/2003, aplicado ao caso por analogia em face a omissão de previsão na legislação municipal

### **3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**3.1.** É participante deste registro de preços a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde;

**3.2.** A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do objeto licitado, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

### **4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**4.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e observância aos limites previstos no Decreto Federal nº9.488/2018;

**4.2.** Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

**4.3.** Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

**4.4.** Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;

**4.5.** As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

**4.6.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

### **5. DA(S) CONVOCAÇÃO(ÕES) PARA A(S) ASSINATURA(S) DO(S) CONTRATO(S)**

**5.1.** A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato do objeto adjudicado;

**5.2.** A recusa injustificada da empresa Detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração, além do cancelamento do registro do fornecedor, em consonância com o disposto no edital que deu origem a essa Ata;

**5.3.** A contratação será precedida da inscrição da licitante no Registro Cadastral do Município e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato;

**5.4.** No ato da contratação, se for o caso, a empresa Detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

## **6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ATA E DO CONTRATO**

**6.1.** A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período;

**6.2.** Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei Federal nº8.666/93 e alterações, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº8.666/93 atualizada e subsequentes alterações, e no Edital; no entanto, tratando-se de fornecimento com execução imediata e integral, poderá ser aplicado, a critério da Administração, o que determina o §4º, do art. 62, da legislação acima citada;

**6.3.** Em sendo formalizado o contrato, tendo em vista o disposto no item anterior, ele terá vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

**6.4.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;

**6.5.** Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do contratual ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º, da Lei Federal nº10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

## **7. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO**

**7.1.** Os objetos deverão ser entregues no local, prazo e condições previstas no Item 4 e subitens, do Termo de Referência, Anexo I, do Edital;

**7.2.** As entregas serão realizadas de conformidade com a Ordem de Fornecimento.

**8.3.** A Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde emitirá o cronograma de entrega no ato da realização do pedido,

## **8. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo Setor Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, devendo a Detentora da Ata fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

**8.2.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;

**8.3.** A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pela Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;

**8.4.** A Detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria Demandante, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**10.1** Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

**10.1.1** A Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, órgão gestor da Ata de Registro de Preços e deverá:

**10.1.1.1** Assinar a ata de registro de preços

**10.1.1.2** Providenciar a publicação inicial do extrato da Ata de Registro de Preços;

**10.1.1.3** Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;

**10.1.1.4** Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preço;

**10.1.1.5** Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens do objeto da Ata de Registro de Preços;

**10.1.1.6** Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

**10.1.1.7** Acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

**10.1.1.8** Autorizar adesões a Ata de Registro de Preços;

**10.1.1.9** Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor máximo da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

**10.1.1.10** Gerenciar a Ata de Registro de Preço, providenciando a indicação sempre que solicitado, dos Fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade requerente;

**10.1.1.11** Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

**10.1.1.12** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

**10.1.1.13** Observar os limites estabelecidos para os Órgãos participantes e não participantes.

**10.2.** Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES**

**10.1.** Responsabilizar-se, após o devido processo licitatório, lavrar o CONTRATO com base nas disposições da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações.

**10.2.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

**10.3.** Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.

**10.4.** Zelar para que durante a vigência do CONTRATO, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

**10.5.** Serão consideradas, para efeito de pagamento, as compras efetivamente realizadas pela CONTRATADA e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/DETENTORA DA ATA**

**11.1.** Constituem obrigações da **DETENTORA DA ATA**:

**11.1.1.** A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito neste TERMO DE REFERÊNCIA e, por conseguinte, no CONTRATO e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daqueles;

**11.1.2.** Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza;

**11.1.3.** O CONTRATO poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações;

**11.1.4.** Durante a vigência do CONTRATO, a CONTRATADA deverá atender prontamente às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação através de ordem de compra/requisição do Setor solicitante;

**11.1.5.** Responsabilizar-se pela saúde seus funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

**11.1.6.** Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra o CONTRATANTE;

**11.1.7.** Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;

**11.1.8.** Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede do CONTRATANTE, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente;

**11.1.9.** Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente CONTRATO; Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;

**11.1.10.** Apresentar, no caso de pessoa jurídica, a cada pagamento, quando houver fornecimento de mão de obra, a quitação para com a Seguridade Social (CND) e FGTS;

**11.1.11.** Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas;

**11.1.12.** Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito do CONTRATANTE a respeito do CONTRATO e dos serviços a ele inerentes;

**11.1.13.** Realizar as(o) entregas/serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA;

**11.1.14.** Cumprir os serviços conforme disposições do CONTRATO a ser firmado;

**11.1.15.** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente CONTRATO;

**11.1.16.** Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pelo CONTRATANTE.

**11.1.17.** O descumprimento injustificado do prazo fixado no item 12.1.2 acarretará em multa pecuniária diária, nos termos do Edital e CONTRATO a ser firmado, ficando a CONTRATADA sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

## **12. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**12.1.** Os pagamentos devidos serão conforme requisição e entrega dos produtos, ou seja, de modo parcelado.

**12.2.** A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos.

**12.3.** O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

**12.4.** O CONTRATANTE se obriga a efetuar o pagamento nas condições estabelecidas;

**12.5.** O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos;

**12.6.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

**12.7.** No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. O CONTRATANTE poderá se assim entender, descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à CONTRATADA.

## **13. DAS PENALIDADES**

**13.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e alterações e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

**13.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**13.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**13.1.3.** Fraudar na execução do contrato;

**13.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.5.** Cometer fraude fiscal;

**13.1.6.** Não manter a proposta.

**13.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**13.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao Contratante;

**13.2.2.** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**13.2.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**13.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**13.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**13.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com o Município com o consequente descredenciamento no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**13.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**13.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações a Contratada que:

**13.3.1.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**13.3.2.** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.3.3.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

**13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº8.666/93 e alterações, e subsidiariamente a Lei nº9.784/99;

**13.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores do município.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, logística (carregamento e descarregamento do material), comissões, pessoal, embalagem, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;

**14.2.** Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital do **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº \_\_\_\_/2023** e nos termos da legislação pertinente;

**14.3.** O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;

## **15. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da **CONTRATADA**, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V, do capítulo III, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**16.1.1** Não se aplicará o cancelamento por motivo de recuperação judicial, de que trata o item anterior, caso a empresa detentora da ata já tenha tido o plano de recuperação homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações assumidas.

## **16. DA SUCESSÃO**

**16.1.** Este Registro de Preço obriga as partes **CONTRATANTES** e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

## **17. DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Esta Ata de Registro de Preço terá o seu extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco-AMUPE, Diário Oficial do Estado de Pernambuco e Diário Oficial da União, conforme o caso, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

## **18. DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco, para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Gravatá/PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

**NOME DA SECRETÁRIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**EMPRESA**  
**REPRESENTANTE DA EMPRESA**

### **TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_

CPF nº

2) \_\_\_\_\_

CPF nº

**VISTO DO JURIDICO:** \_\_\_\_\_

**ANEXO IV  
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO PMG Nº \_\_\_\_/2023**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DO OBJETO ABAIXO, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE GRAVATÁ/PE, por INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E, DE OUTRO LADO, A EMPRESA (nome da empresa), TUDO DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023.**

O **MUNICÍPIO DE GRAVATÁ**, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº11.049.830/0001-20, com sede na Rua Cleto Campelo, nº268, Centro, Gravatá/PE, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ nº10.710.822/0001-10, neste ato representada pela Secretário, Sr. \_\_\_\_\_ (qualificação completa/endereço residencial) portador da Cédula de Identidade RG nº\_\_\_\_\_, (Órgão Expedidor), inscrito no CPF nº\_\_\_\_\_, no uso das atribuições que lhe são delegadas, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa (**Razão Social**), inscrita no **CNPJ nº\_\_\_\_**, situada na (Endereço Completo), neste ato representada por seu Sócio(a) Administrador(a), Sr(a). (Nome Completo), (Nacionalidade), (Estado Civil), (Profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº\_\_\_\_ (Órgão Expedidor), inscrito no CPF/MF sob o nº\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na (Endereço Completo), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO** mediante as seguintes cláusulas e condições discriminadas abaixo, que mutuamente outorgam e estabelecem, tudo em conformidade com a **Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2023**, oriunda do **Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2023 - Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2023**, devidamente Homologado pela Autoridade Competente em \_\_\_\_/\_\_\_\_2023, nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de Empresa Especializada para **FORNECIMENTO DE ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DOS ESTABELECIMENTOS ASSISTÊNCIAIS DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência, ANEXO I, deste Edital.** de acordo com a Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2023, oriunda do Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2023 - Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2023.

Nº da Nota de Empenho: \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO**

O objeto do presente contrato, rege-se pelas disposições expressas no Edital do Pregão Eletrônico ora citado, e subsidiariamente pela Leis Federais nº8.666/93 e alterações e nº10.520/02, os Decretos Municipais nº064/2017, 065/2017, 016/2018 e 046/2018, por suas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, nos termos do art. 57, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- a)** Unilateralmente pela Administração, conforme art. 65, inc. I, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações;
- b)** Por acordo das partes, conforme art. 65, inc. II, da Lei Federal nº8.666/93 e alterações.

## CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos relacionados no art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI e XVII, art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, terá a **CONTRATADA** direito, exclusivamente, ao pagamento dos objetos corretamente fornecidos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIVO NA FONTE-IRRF

Pelo objeto pactuado na cláusula primeira do presente contrato o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor global de **R\$xxxxxxxx (valor por extenso)**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos produtos entregues, em um prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** cuja situação esteja irregular ou enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no Termo de Referência e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

### **Sigla**      **Significado / Descrição**

EM      Encargos Moratórios.

N      Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP      Valor da parcela a ser paga.

TX      Percentual da taxa anual = 6%

I      Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: I =

$$\frac{(TX/100)}{365} I = \frac{(6/100)}{365} I = 0,0001644$$

365      365

**PARÁGRAFO QUARTO** - Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O preço unitário e total para esta licitação compreende a única remuneração devida.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Será realizada a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte- IRRF, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, da Receita Federal do Brasil e suas posteriores alterações, conforme percentagem constante da Tabela do Anexo VI, deste Edital, do Decreto Municipal nº 049/2023, de 07 de agosto de 2023, e na referida IN RFB nº 1.234/12, editada nos termos do art. 64, da Lei Federal nº 9.430/96, aplicados por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade nos termos do referido Decreto;

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As hipóteses de retenção do Imposto de Renda na Fonte e dedução na base de cálculos, deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como, as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1.234/12;

**PARÁGRAFO OITAVO** - As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes das prestações de serviços/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inc. I, do art. 158, da Constituição Federal de 1988.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para fazer face às despesas da presente contratação correrão por contadas dotações orçamentárias indicadas abaixo:

3	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATÁ
02	PODER EXECUTIVO
02 18	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
021800 – Unidade Gestora	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Função	Saúde
10 302 - Subfunção	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
10 302 1011- Programa	Programa Compromisso Assistencial de Saúde da População
10 302 1011 2454 0000 - Ação	Manutenção das Ações de Saúde relacionadas à Atenção Especializada em Saúde
<b>844</b> 4.4.90.52.00 Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500.003 Recursos Próprios – Saúde
<b>845</b> 4.4.90.52.00 - Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 601.000 Bloco estruturação – SUS
10 301 - Subfunção	ATENÇÃO BÁSICA
10 301 1010 - Programa	Programa de Atenção Primária fortalecida e comprometida com a Saúde das pessoas
10 301 1010 2452 0000 - Ação	Manutenção das Ações de Atenção Primária à Saúde
<b>809</b> 4.4.90.52.00 Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500.003 Recursos Próprios – Saúde
<b>810</b> 4.4.90.52.00 - Fonte de recurso	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 601.000 Bloco estruturação – SUS

## CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

Fica expressamente vedada a **CONTRATADA** a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto contratual do **Pregão Eletrônico nº\_\_\_/2023\_ – Processo Licitatório nº\_\_\_/2023**, a qualquer outra pessoa física ou jurídica, no seu todo ou em parte.

## CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento integral do objeto deste contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, parte integrante do presente contrato. A gestão do objeto deste contrato ficará a cargo do servidor(a)\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº\_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº8.666/93 e alterações, **são obrigações da CONTRATADA:**

- I** A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no TERMO DE REFERÊNCIA e, por conseguinte, no CONTRATO e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daqueles;
- II** Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza;
- III** O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações;
- IV** Durante a Vigência do CONTRATO, a CONTRATADA deverá atender prontamente às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação através de ordem de compra/requisição do Setor solicitante;
- V** Responsabilizar-se pela saúde seus funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;
- VI** Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra o CONTRATANTE;
- VII** Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;

- VIII.** Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede do CONTRATANTE, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente;
- IX.** Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente CONTRATO; Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;
- X.** Apresentar, no caso de pessoa jurídica, a cada pagamento, quando houver fornecimento de mão de obra, a quitação para com a Seguridade Social (CND) e FGTS;
- XI.** Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas;
- XII.** Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito do CONTRATANTE a respeito do presente CONTRATO e dos serviços a ele inerentes;
- XIII.** Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA;
- XIV.** Cumprir os serviços conforme disposições do CONTRATO a ser firmado;
- XV.** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município de Gravata/PE ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente CONTRATO;
- XVI.** Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pelo CONTRATANTE;
- XVII.** O descumprimento injustificado do prazo fixado no item 7.2 acarretará em multa pecuniária diária, nos termos do Edital e CONTRATO a ser firmado, ficando a CONTRATADA sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações;
- XVIII.** Além das obrigações constantes no Termo de Referência.

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº8.666/93 e alterações, **são obrigações do CONTRATANTE:**

- I.** Responsabilizar-se, após o devido processo licitatório, lavrar o CONTRATO com base nas disposições da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações;
- II.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição;
- III.** Zelar para que durante a vigência do CONTRATO, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação;
- IV.** Serão consideradas, para efeito de pagamento, as compras efetivamente realizadas pela CONTRATADA e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento;
- V.** Além das obrigações demais constantes no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº8.666/93 e da Lei nº10.520/2002, a Contratada que:

- a)** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b)** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c)** Fraudar na execução do contrato;
- d)** Comportar-se de modo inidôneo;
- e)** Cometer fraude fiscal;
- f)** Não mantiver a proposta.

**I.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao Contratante;
- b)** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c)** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d)** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e)** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

- f) Impedimento de licitar e contratar com o Município com o consequente descredenciamento no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**II.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV, da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações a Contratada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**III.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº8.666/93 e alterações, e subsidiariamente a Lei nº9.784/99;

**IV.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

**V.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores do município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Na hipótese de existência, na esfera judicial, de decisões favoráveis ao Município de Gravata, a sucumbência a que for condenada a parte *ex-adversa*, nos termos do art. 20 do Código de Processo Civil Brasileiro, pertencerá, exclusivamente, ao **CONTRATANTE**, de pleno direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

As partes elegem, o Foro da Comarca da cidade de Gravata, Estado de Pernambuco, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em (04) quatro vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Gravata/PE, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

**NOME DA SECRETÁRIA REPRESENTANTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATANTE**

**NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
CONTRATADA**

**NOME DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

#### **TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_  
CPF Nº

2) \_\_\_\_\_  
CPF nº

